



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 43

II Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 19 de Maio de 1994

Presidente: Deputado Madruga da Costa (substituído no decorrer da Sessão pelo Vice-Presidente, Deputado Carlos César)

Secretários: Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado António Gomes, também substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Ricardo Barros).

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10,20 horas.

Período antes da ordem do dia

Feita a leitura da correspondência, bem como de requerimentos presentes à Sessão, entrou-se, de imediato, no período dedicado às Intervenções de interesse político relevante para a Região, em que intervieram, a diverso título, os seguintes Srs. Deputados:

António Gomes (*PS*), Manuel Gil Ávila (*PSD*), Manuel Brasil (*PSD*), João Cunha (*PSD*), Carlos Mendonça (*PS*), José Ramos Aguiar (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Francisco Sousa (*PS*), Hélio Pombo (*PS*), José Humberto Chaves (*PS*), Rui Melo (*PSD*) e Rui Pedro Ávila (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional do Turismo e

Ambiente, Eugénio Leal.

Período da ordem do dia

- Proposta de Decreto Legislativo Regional, sobre " Adaptação à Região do Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de Maio (*SPO*) - "Regulamenta a criação e funcionamento do Serviço de Psicologia e Orientação"

Sobre este assunto usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Sousa (*PS*), Rosa Machado (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*) e Rui Melo (*PSD*).

O diploma em apreço foi aprovado por maioria na generalidade e por unanimidade na especialidade, com excepção para os artigos 2.º, 4.º e 8.º que foram aprovados por maioria.

- Projecto de Decreto Legislativo Regional "Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/87/A, de 24 de Junho - Estatuto Remuneratório dos titulares de cargos políticos da Região"., que foi aprovado por unanimidade na generalidade e especialidade.

- Proposta de Resolução da Mesa da ALRA, declarando findo o período legislativo de Maio.

Os trabalhos terminaram às 13 horas.

Presidente: Srs. Deputados, muito bom dia. Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Carlos Morais, Carlos Silva, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Gustavo Medeiros, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Amaral, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Luís, Rui Melo, Victor Cruz; **PS** - António Gomes, António Silva Melo, Carlos Mendonça, Fernando Fonte, Fernando Lopes, Fernando Menezes, Francisco Oliveira, Francisco*

Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Manuel Serpa, Mário Machado, Nélia Figueiredo, Rogério Serpa; PCP - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 41 Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o Público.

Vamos dar início ao **Período de Antes da Ordem do Dia** com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

- Um ofício do Tribunal Judicial da Comarca de S. Roque do Pico, solicitando autorização para que o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila preste declarações num auto como testemunha.

Contactei o Sr. Deputado que está na disposição de ser presente ao Tribunal para, na condição de testemunha deste processo, prestar declarações. Neste sentido, se a Câmara não vir qualquer objecção, dar-se-ia autorização e comunicar-se-ia ao Tribunal da decisão desta Câmara.

Secretário (*Hélio Pombo*: Dos Srs. Deputados dos Partido Socialista Carlos César, Manuel Serpa e Rui Pedro Ávila, o seguinte requerimento:

"É cada vez mais importante assegurar no exercício da actividade política e em proveito das instituições democráticas a maior transparência e conformidade dos actos com o sentido ético que os cidadãos requerem dos titulares de cargos políticos de natureza electiva ou não electiva.

Aos partidos políticos, incumbe, nos termos constitucionais, um protagonismo intermediário da representação da vontade popular. Essa atribuição, porém, não actua em prejuízo da separação de funções entre os partidos políticos e os órgãos de soberania ou regionais e os diferentes níveis da administração pública.

Assim, é condenável que o Governo Regional actue em diversos domínios, como por exemplo, no da nomeação para cargos de gestão no sector público empresarial e de serviços, com objectivos meramente partidários de controlo e de recompensa aos seus apoiantes independentemente da sua qualificação. O último caso conhecido foi o da recente nomeação do Director do Hospital de Ponta Delgada.

Porém, o que seria inadmissível era permitir que a condução e execução dos actos da nossa administração se orientassem no sentido de forçar o seu aproveitamento em proveito financeiro directo ou indirecto de partidos políticos, nomeadamente do

partido do governo.

O PSD/Açores realizou nos passados dias 29 e 30 de Abril e 1 de Maio, na Ilha do Pico, o seu último Congresso Regional.

No sentido de esclarecer dúvidas que os signatários deste requerimento têm quanto ao financiamento indirecto dessa iniciativa exclusivamente partidária, os deputados abaixo-assinados solicitam ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores que apure, junto da Presidência do Governo Regional, o seguinte:

- Quais as reuniões e visitas que decorreram nas Ilhas do Faial e do Pico entre os dias 26 de Abril e 6 de Maio, envolvendo deslocações oficiais ou estadias pagas pela Região, quer de membros do Governo, quer de membros de autarquias locais, quer de funcionários e de agentes da administração pública, empresas, institutos e outros serviços públicos de qualquer natureza?

- A utilidade da resposta à questão colocada não exclui que, naturalmente, a maioria dos participantes nessas diligências não tenha participado naquela reunião de um órgão partidário.

Horta, 17 de Maio de 1994

Os Deputados Regionais, Carlos César, Manuel Serpa, Rui Pedro Ávila."

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Foi presente à Mesa, assinado por um grupo de Deputados, um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/87/A, de 24 de Junho - "Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Públicos da Região".

Presidente: Srs. Deputados, passamos ao ponto seguinte que é reservado ao Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante para a Região.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Quando nos confrontamos com problemas graves conjugados e/ou agravados com a inércia dos responsáveis, temos o dever e a obrigação de lutarmos, insistentemente para que os mesmos sejam resolvidos.

É neste pressuposto que, vezes sem conta, nesta Casa me referi a questões que se prendem com a Fajã, Caldeira de Santo Cristo, nomeadamente com a sua Área

Ecológica Especial.

Para mais uma vez chamar a atenção de V.Ex^{as} e muito em particular do Governo, da importância desta zona, passo a citar algumas palavras do Dr. Ricardo Serrão Santos, reconhecido técnico que desenvolveu um trabalho profundo e de grande mérito, relativo à zona supracitada. Dizia ele :

" A Lagoa de Santo Cristo é apenas um dos componentes de uma unidade biofísica vasta, diversificada e única da Região, que se estende desde a Fajã dos Cubres e respectiva Lagoa até à Fajã de Santo Cristo, incluindo arribas terrestres e faixa costeira adjacentes, assim como bacia hidrográfica das ribeiras que drenam à Caldeira de cima. " Afirmava ainda o dito técnico" :

"A singularidade e importância dos valores naturais paisagísticos e etnográficos que esta faixa da costa norte de São Jorge encerra, justificam a sua classificação como área protegida, com estudo adequado e devidamente integrado num sistema Regional de Áreas Protegidas que também urge estabelecer "

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Quanto ao que acima apresentei, lamento só existir legislação que se prende especificamente com a Área Ecológica Especial da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, que apesar de ser pouca verifica-se discrepância entre a mesma.

Contudo não vou falar por agora neste assunto, vou sim continuar a minha intervenção realçando a importância desta zona e equacioná-la com a sua vulnerabilidade e a pouca atenção que tem tido da parte do Governo.

Neste sentido também sabemos que a Área Ecológica Especial acima referida compreende uma lagoa e suas margens, constituindo um local de características únicas da Região, onde se criam ameijoas, com algum valor comercial e constitui um autêntico viveiro natural de outras espécies, nomeadamente o mero. Esta lagoa presentemente tem menos de 85 mil metros quadrados mas num passado recente teve mais do dobro desta área. Aqui pescavam frequentemente congros, anchovas, meros, tainhas, sargos e polvos. A pesca neste sítio era tão abundante, que nos tempos difíceis as populações da Caldeira que se constituíam em mais de cem fogos faziam uma pesca tradicional que constava do seguinte :

No canal de comunicação com o mar (designado por passo) homens e mulheres

levantavam uma muralha de pedra solta , os homens faziam a parede com as pedras de maior dimensão e as mulheres tapavam as brechas com as mais miúdas. Os peixes entravam na lagoa com o encher da maré e quando procuravam a saída, já na baixa mar, ficavam retidos pela referida parede.

Todo o peixe era repartido, tendo o homem direito a um balaio (medida antiga) e a mulher a meio balaio. Este pescado era salgado e contribuía para a subsistência daquela população.

Este pequeno historial serve para contrastar com a actual situação que progressivamente se agrava, mercê de alguma irresponsabilidade.

Como vinha dizendo, a falta de protecção da orla, facilita a acção das ondas que sistematicamente têm transformado a estrutura desta laguna, resultado do arrastamento do cordão de calhau rolado para o seu interior.

Este efeito, ciclicamente, tem estrangulado o canal de ligação com o mar dificultando a necessária renovação da água com aquele ecossistema.

O Governo Regional até hoje não teve qualquer intervenção física com vista à protecção da acima referida A.E.E. Este caso é tão antigo e preocupante que já no princípio deste século dizia o ilustre etnógrafo e historiador padre Manuel Azevedo da Cunha :

"... Visto que a igreja tem receita disponível e um saldo notável, deviam os Caldeirenses promover qualquer obra de defesa contra as ondas. Porquanto, percebe-se facilmente que pela diminuta elevação do plano onde assentam a igreja e habitações, destruído ou arrasado o alpeirão, o que tem de suceder imperreterivelmente em anos futuros, a povoação ficará exposta a ser completamente alagada e destruída ".

Pensava eu que tinha chegado a hora de assistirmos à realização da protecção da orla da Caldeira e respectiva Área Ecológica Especial, porquanto a União Europeia, subsidia projectos a este nível, mas tristemente verifiquei que o POSEIMA AMBIENTE para os Açores só fala em intervenções das lagoas das Sete Cidades e Furnas.

Quanto à Caldeira de Santo Cristo, muito mais há para dizer mas como o tempo é curto, limito-me a referir ao tão falado plano de revitalização para este lugar, posto

em marcha pela Câmara Municipal da Calheta, e que na minha perspectiva deverá ser ponderadamente elaborado, por forma a não descaracterizar um lugar muito peculiar, do ponto de vista paisagístico, onde tudo se combina numa perfeita harmonia.

Entendo que se deve ter o máximo cuidado com a eventual construção do caminho de acesso à Caldeira de Santo Cristo porque, consoante o seu perfil poderá afectar e/ou destruir esta zona extraordinariamente bela e sensível que **infelizmente ainda não tem lei que a defenda**. Ainda considero que a recuperação das habitações e a construção de outras deverão exigir da Edilidade calhetense mais do que a simples concessão de licença para obras, pois se esta recuperação não for contemplada por uma adequada rede de esgotos certamente irá afectar o ecossistema da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS e do Deputado Indep.)

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente pede a palavra com que finalidade?

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Para prestar esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria dar aqui alguns esclarecimentos e também fazer um protesto, relacionado com parte da intervenção do Sr. Deputado António Gomes.

Em primeiro lugar o Sr. Deputado transcreveu parte de um texto do início do século, mas o Sr. Deputado sabe muito bem da dificuldade que havia em fazer a obra de protecção da Caldeira de Santo Cristo.

É, efectivamente, um problema que tem o seu melindre e é difícil. Aliás, penso que o Sr. Deputado chegou a acompanhar uma experiência que se fez de desobstrução do canal de acesso e que fizemos várias diligências para que se pudesse, por via marítima, fazer deslocar máquinas, com a colaboração da Marinha Portuguesa, para

desobstruir definitivamente o canal e isso veio, infelizmente, a não ser possível porque as informações que foram obtidas pelos elementos que se deslocaram à Ilha de S. Jorge e mais concretamente à Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, elaboraram um relatório em que diziam claramente que não era possível fazer deslocar as máquinas por via marítima.

Houve, efectivamente, depois uma experiência feita pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas que veio desobstruir, por algum período de tempo, o canal de ligação. Portanto, não é verdade que nada tenha sido feito.

Por outro lado também, queria aqui esclarecer o Sr. Deputado que no POSEIMA AMBIENTE não estão apenas referidas situações exclusivas às Lagoas das Sete Cidades e das Furnas. O POSEIMA AMBIENTE, contempla outras acções que abrangem todas as lagoas da Região.

Presidente: O Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Finalmente, queria dizer-lhe que comungo das suas preocupações relativamente ao projecto que foi anunciado de revitalização daquela zona. Efectivamente tive já oportunidade de manifestar essas preocupações, porquanto não se pode fazer com que aquela zona fique destruída definitivamente em face do fácil acesso que se pretende construir naquela zona

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Gil Ávila pediu a palavra, naturalmente para esclarecimentos. Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Na essência, eu concordo plenamente com a vossa intervenção, não tivesse referido algo de que tem tanto conhecimento como eu e como muitos dos Srs. Deputados que numa visita que fizemos há pouco tempo à Caldeira de Santo Cristo ouvimos referir: Primeiro, o Sr. Deputado refere a sua preocupação em relação ao saneamento básico. Nessa reunião o Sr. Presidente da edilidade Calhetense referiu, a todos nós, que uma das grandes preocupações que estava em estudo dn Câmara Municipal era precisamente a do saneamento básico. Portanto, não é novidade, é uma preocupação de toda a gente.

A segunda é a que mais me preocupa, porque eu entendo que quando se vem a esta Casa proferir uma intervenção, não deve-se ocultar coisas que sabemos. Não devemos entrar só na crítica destrutiva. V. Exa. sabe tão bem como eu que há pouco tempo houve um protocolo entre a Câmara Municipal da Calheta e o Grupo de Escuteiros para a limpeza de todo o envolvente da Lagoa de Santo Cristo e que neste momento já está a ser feita.

Portanto, eu penso que estas coisas também devem ser referidas, porque assim é que nos entendemos todos.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Brasil também pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Manuel Brasil (PSD): Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para um esclarecimento o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu comungo das mesmas preocupações que o Sr. Deputado António Gomes pôs à cerca do problema da Caldeira de Santo Cristo. No entanto, queria esclarecer que há aqui algumas situações que o Sr. Deputado, talvez por esquecimento, não tenha posto com a devida clareza.

As Fajãs do Tijolo, Belo, Cubres, etc., são também biopos naturais e fazem parte de toda a zona envolvente da Caldeira de Santo Cristo. Além disso os caminhos de acesso, ou sejam, os trilhos e estes são classificados como trilhos turísticos e não é fácil a construção, conforme preocupação aqui posta pelo Sr. Deputado, do caminho para a Caldeira. Todos nós sabemos que o caminho para a Caldeira é uma velha aspiração das gentes daquele lugar, mas hoje em dia também sabemos quantas pessoas é que vivem na Caldeira. E não há verdadeiramente uma pressão acerca deste caminho para a Fajã de Santo Cristo e estou também de acordo com ele quando diz que a eventual construção do caminho de acesso à Caldeira de Santo Cristo só deverá ser feito depois de um estudo muito sério.

Quanto ao problema que também aqui foi posto relativamente ao desassoreamento da Lagoa, nós sabemos que é um problema a nível ecológico muito melindroso e que, portanto, não pode ser feito de ânimo leve. Só depois de um estudo muito rigoroso, porque isto envolve um ecossistema único, onde há uma reprodução de ameijoas, a

única nos Açores e até no Atlântico Norte e os biólogos na Universidade dos Açores têm essa experiência, porque já tentaram noutros locais dos Açores reproduzir ameijoas e não conseguiram. Portanto este é um biópo único. Não é um biópo que se possa meter uma máquina dentro da laguna e que provavelmente venha destruir o equilíbrio ecológico dessa própria laguna, que permite a reprodução das ameijoas.

Tudo isto tem que ser feito com muito cuidado, muito bem pensado e aqui queria só prestar, por um lado, homenagem ao Padre Manuel Azevedo da Cunha, quando diz que se devia proteger o alpeirão, mas, por outro lado, nessa altura o Padre Manuel Cunha não tinha os mesmos elementos que nós temos hoje acerca da ecologia e não sabemos quanto é que isso poderia ser prejudicial para o próprio ecossistema da Lagoa.

Presidente: Sr. Deputado o seu tempo está a chegar ao fim.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

Portanto, todo este problema tem que continuar, na nossa opinião, a ser estudado. Existe um gabinete para a revitalização da Lagoa de Santo Cristo, e o Presidente da Câmara da Calheta, há dias apresentou, na própria Caldeira de Santo Cristo, parte do projecto que se pretende fazer à Comissão de Economia, Finanças e Plano que se deslocou àquela zona para apreciar "in loco" os problemas locais.

Também, por aquilo que sabemos, da parte do Governo Regional estão a ser desenvolvidos os esforços necessários para que os problemas da Caldeira de Santo Cristo sejam levados a bom termo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para prestar esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs..Secretários Regionais:

Como é óbvio, vou responder em primeiro lugar ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente e vou começar por lhe referir que relativamente à possibilidade de se fazer deslocar uma lancha que possa, efectivamente, transportar a máquina vocacionada para intervir nessa zona, eu também falei com técnicos, inclusivamente falei com técnicos que têm capacidade para pilotarem essa referida embarcação, e

posso fazer-lhe a seguinte chamada de atenção: a lancha que pensavam para o transporte dessa máquina, em termos técnicos e dentro da técnica da marinha, era uma LDP e conhecia-se a existência de uma LDM, que é uma lancha de desembarque médio e essa lancha estaria perfeitamente habilitada a fazer esse transporte. É, nessa sequência que posteriormente a Sra. Directora das Pescas vai a S. Jorge - e eu posso-lhe mostrar inclusivamente informação a esse nível que saiu num órgão de comunicação social - e promete à Edilidade calhetense que naquele ano se ia levar a efeito essa acção.

Quando eu digo que não há legislação para proteger esta zona, referia-me aqui na minha intervenção, não propriamente à Área Ecológica Especial, referia-me a tudo aquilo que há pouco disse e que, de facto, veio apresentado pelo Dr. Ricardo Santos, como sendo de extraordinária importância a criação de legislação específica para essa zona que não existe.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Quanto ao Sr. Deputado Manuel Gil Ávila quero informá-lo do seguinte: eu conheci um documento que tinha a ver com a protecção das Fajãs de S. Jorge e hoje continua-se a assistir a construções e regulamentações de habitações com introdução de materiais de construção civil que nada têm a ver com o que usualmente é tradicional na Região. Isto é extremamente grave. O Sr. Deputado Manuel Gil Ávila, a esse nível, não está devidamente informado e explico-lhe já porquê: porque até hoje nada se fez relativamente à possível rede de esgotos da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, mas há já projectos e têm-se executado obras naquela zona com fossas sépticas, quando há poços de baixa mar, quando há de facto um ecossistema que é necessário preservar e dar-lhe o tratamento que ele bem merece.

Relativamente ao caminho para a Caldeira de Santo Cristo, o Sr. Deputado Manuel Brasil dizia que não era preocupação. Pois, eu tenho a gravação do programa televisivo em que foi apresentado esse plano de revitalização pelo seu respectivo gabinete e uma das principais ambições desse plano de revitalização era precisamente o acesso à Caldeira de Santo Cristo. Foi por isso que eu trouxe essa preocupação para aqui.

Eu não estou a dizer que não se faça o acesso, estou dizendo que se deve ponderar

devidamente o perfil desse acesso, por forma a que não se estrague uma zona que é extremamente bela e que merece ser protegida.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Gil Ávila pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Eu sinceramente não percebi o esclarecimento que me deu, porque eu não disse absolutamente que não se estava a reconstruir casas e outras coisa. O que eu disse foi que essa preocupação que levantou aqui sobre o saneamento para a Caldeira de Santo Cristo é uma preocupação da Câmara Municipal da Calheta e também da Comissão.

É lógico que em todos os lugares que se fazem casas e se não se tem um plano, é evidente que se cometem esses erros, mas temos isso em preocupação. Foi isso que eu disse.

O que eu acrescentei foi sobre o protocolo existente entre a Câmara Municipal e um grupo de escuteiros.

Isso foi o que eu disse e que eu não concordei que o Sr. Deputado na sua intervenção não tivesse mencionado.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Brasil pede a palavra com que finalidade?

Deputado Manuel Brasil (PSD): Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu só queria esclarecer o Sr. Deputado António Gomes sobre o seguinte:

É que realmente nessa gravação que ele diz ter da reunião que se fez para o estabelecimento do gabinete de revitalização da Caldeira de Santo Cristo, realmente fala-se em caminhos, discute-se o problema do caminho, conforme nós temos aqui estado praticamente a discutir esse problema. Simplesmente é apenas uma discussão, não é uma tomada de posição em relação ao caminho, que são duas coisas completamente diferentes. Portanto, eu penso que daqui até essa tomada de posição, só deverá ser feita, como aqui já frisei, através dum estudo rigoroso e duma

verificação para saber se deve ou não deve ser feito. Portanto, deve haver uma ampla discussão do assunto.

É nessa ordem de ideias que essa reunião vale pelo que vale e quanto a mim não é uma tomada de decisão final acerca deste assunto, mas sim uma discussão para a opinião pública.

Presidente: Para um esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados Manuel Ávila e Manuel Brasil:

Eu vou ler novamente o parágrafo que faz referência aos pedidos de esclarecimento que me fizeram.

Relativamente ao caminho de acesso à Caldeira de Santo Cristo digo o seguinte: "devemos ponderar o perfil do caminho de acesso à Caldeira de Santo Cristo, para não se destruir uma zona que é extremamente bela". E o Sr. Deputado Manuel Brasil sabe muito bem que coisas destas acontecem por toda a Região e também acontecem em S. Jorge.

Relativamente ao Sr. Deputado Manuel Gil Ávila quero dizer-lhe que foi preocupação minha e alertei para o facto de não se andar com o "carro à frente dos bois". Portanto, queria eu dizer que enquanto não se faz uma rede de esgostos, continua-se a aprovar licenças de obras. Isto é uma preocupação minha. Se não é do Sr. Deputado,... pois paciência, mas é minha e foi isso que eu quis dizer aqui na minha intervenção.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De acordo com o estipulado no Estatuto Político-Administrativo desta Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional dos Açores visitou a Ilha Graciosa em 28 e 29 de Maio passado.

Como é lógico, foram abordadas várias questões que dizem respeito aquela Ilha.

Do vasto leque de problemas, alguns foram equacionados ou estão em vias disso, outros não tiveram ainda a solução desejada.

Das questões solucionadas gostaria de salientar algumas e começaria pela Habitação.

- Na boa verdade a Habitação continua a ser um problema que consideramos prioritário exactamente porque a denominada Ilha Branca ainda se apresenta com enormes carências.

A título de exemplo dir-vos-ei que há duas semanas atrás, na companhia de um Presidente da Junta de Freguesia, visitei uma moradia onde vive uma família com dois filhos.

Uma família normal como tantas outras!

O que não é normal é a moradia uma vez que tem o tecto a cair, algumas das suas paredes em alvernaria de pedra seca também a cair, o pavimento é térreo, tem apenas duas dependências, uma pequena a que chamam cozinha e outra onde coabitam pais e filhos, e sem casa de banho.

Este é como disse um exemplo.

Na Graciosa há mais casos destes e, por esses Açores fora muitos mais existem.

Estamos no virar do século, a entrar no segundo milénio depois de Cristo e, estamos a comemorar o Ano Internacional da Família.

Todos estamos empenhados em que essas comemorações sejam condignas e todos pretendemos fazer algo para que todas as famílias tenham um lar condigno o que julgamos ser um dos principais objectivos de cada família.

Por isso, desta tribuna peço, que o Governo Regional através da Secretaria Regional de Habitação continue a olhar para este sector e dar-lhe o apoio que ele merece.

Na Graciosa, os nossos governantes não ficaram alheios ao problema e atribuíram algum dinheiro para a habitação degradada.

Bem sabemos que não foi o suficiente!

No entanto estamos em crer que esse dinheiro irá, para já, remediar os casos mais carenciados.

Mudemos de página para dizer que está em vias de solução uma velha aspiração dos nossos lavradores, já focada nesta Casa, a qual é a construção de uma nova fábrica de lacticínios isto graças ao apoio da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

Sabemos que a Direcção daquela unidade industrial já está a avançar com os estudos necessários e pede-se bom senso para que aquela nova fábrica seja em termos de tamanho, capacidade de produção e localização aquilo que os Graciosenses aspiram;

- Ainda no âmbito da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e no que se refere ao Caminho de Penetração dos Vimiais, está a referida Secretaria, em colaboração com a Câmara Municipal, a estudar uma solução para concluir, pelo menos, o terraplano daquela tão almejada via de penetração que se situa numa das maiores zonas de produção de leite da Ilha e por isso tanta falta faz à lavoura graciosense.

- Outras medidas foram tomadas pelo Governo, desde o Turismo até ao apoio a colectividades de interesse publico.

- Com todas elas nos congratulamos porque vêm resolver pequenos problemas das nossas gentes e até de quem passa naquela parcela dos Açores.

- Uma das justas reivindicações também apresentadas pelos Graciosenses aos Responsáveis Governativos da Região foi a criação dos décimo e décimo primeiro anos do Ensino Secundário na Graciosa.

Sabemos que já funcionam ali algumas unidades capitalizáveis daqueles anos.

Mas não é isso que resolve os nossos problemas!

Queremos mais, porque a população estudiantil, embora ligeiramente esteja a aumentar a não existência desses anos na Graciosa obriga muita gente jovem a deixar de estudar e ainda porque têm de sair da nossa Ilha, para continuar os seus estudos o que como se compreende facilmente, cria grandes dificuldades financeiras a muitas famílias.

Mais ainda, a saída dessa gente jovem cria até problemas de vária índole na comunidade graciosense com especial incidência para as instituições culturais e recreativas.

Sabemos que a Secretaria Regional da Educação e Cultura está a estudar o assunto.

Sabemos, que a Câmara Municipal está disposta a colaborar.

Por essas razões e ainda para que os graciosenses se sintam em pé de igualdade para com os restantes açoreanos, vamos pois, todos os interessados na matéria, fazer força para resolver mais este justo anseio, tão rapidamente quanto possível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não termino esta minha curta intervenção sem trazer ao vosso conhecimento mais dois pequenos problemas que poderão facilmente ser solucionados:

O Primeiro refere-se ao Centro de Saúde da Graciosa que tem as suas "demoradas"

obras quase concluídas, as quais, espera-se, possam ficar à disposição daquele Centro a fim de melhorar as suas condições de funcionamento, o mais breve possível.

Como se compreende as obras de agora, deixaram as imediações do edifício em más condições.

Por isso é preciso realizar as obras de arranjos exteriores urgentemente, até porque elas já têm o necessário estudo e não são caras, mas acima de tudo para que obras no referido Centro de Saúde não pareçam as de Santa Engrácia.

O Segundo prende-se com o coelho bravo.

Depois da doença que vitimou os coelhos em várias ilhas dos Açores, aquela espécie proliferou na Graciosa, de tal modo que hoje constitui na ilha uma verdadeira praga.

Mediante isto, é frequente ouvir-se, principalmente de lavradores e vitivinicultores queixas que se prendem com os estragos causados pelos ditos animais nas suas culturas.

Assim sendo, julgamos ser tempo de se abrir a caça àquela espécie, de uma forma lacta e sem restrições, de modo a que se possa ajudar a reduzir, naquela ilha o número dos agora indesejáveis coelhos bravos.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça pede a palavra, naturalmente, para esclarecimentos. Tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Cunha:

Como não podia deixar de ser, estive bastante atento à sua intervenção e devo dizer-lhe que na sua essência estou de acordo com ela. Todavia, não podia deixar passar a oportunidade sem questionar sobre dois ou três aspectos que ela aborda que são os seguintes:

V. Exa. citou as obras do Centro de Saúde, que eu também aqui já várias vezes chamei à colação, e o Sr. Deputado disse e disse muito bem, "que mais pareciam obras de Santa Engrácia" e sabemos que são obras de primeira instância que não estão

concluídas

V. Exa. falou da Fábrica de Lacticínios, que foi uma decisão que o Governo Regional tomou quando lá esteve e acho que muito bem. Também já aqui referi que de há anos a esta parte, têm sido queimadas centenas de queijos porque não há condições de armazenamento para o mesmo, fruto daquilo que existe lá e o Sr. Deputado conhece tão bem como eu.

V. Exa. falou também do caminho do Vimiais, que é uma coisa que, tanto quanto eu sei, já decorre há mais de trinta anos e ainda não está concluída.

Postas estas três considerações, permitia-me agora o seguinte: eu penso que as infra-estruturas em qualquer ilha da Região são de facto indispensáveis, porque não se pode tratar os doentes se não se tiver centros de saúde, não se pode fabricar o queijo se não se tiver a fábrica, não se pode dar boas condições para a exploração das pastagens se não existirem os caminhos de penetração.

Postas estas breves considerações, e penso que já estou a ser recriminado pela direcção do meu Grupo Parlamentar pelo tempo que estou a usar.

No primeiro dia desta Sessão o Sr. Deputado Dr. Álvaro Manito fez uma intervenção, sobre a qual eu interceptei o Sr. Deputado, corroborando com ele na circunstância de existirem mais técnicos médicos especialistas, se me permite, que se deslocassem à nossa Ilha, tal como o Sr. Dr. Manito dizia em relação ao Pico.

Eu pergunto em primeiro lugar a V. Exa. se, uma vez concluído o Centro de Saúde e muito embora até não seja concluído, não estará de acordo que é preciso uma pressão muito grande de dentro para fora da ilha e em todos os sentidos para que existam mais médicos especialistas a deslocarem-se àquela ilha.

Em segundo lugar é a questão já aqui falada e abordada sobre o exemplo que V. Exa. também conhece para casos de última instância, um esforço de grande boa vontade de uma enfermeira-parteira para resolver casos como o que recentemente aconteceu.

Em terceiro é sobre a Fábrica de Lacticínios e quero dizer que estive muito atento ao relatório da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, creio que é esta a terminologia, que em determinado momento num dos seus anexos, diz que visitou várias cooperativas, mas numa existia lá um técnico para a qualificação do leite. Muito bem, estamos plenamente de acordo que se faça um edifício, mas temos que

atender também ao factor humano, que é muito importante, para que não tenhamos só obras de pedra e cal. É importante ou não que se volte a insistir, junto dos nossos governantes, para que exista na Graciosa uma pessoa devidamente qualificada para fazer a classificação do leite? É esta a minha pergunta que não vi aqui expressa nas suas preocupações.

Presidente: Agradecia que terminasse porque o seu tempo está a chegar ao fim

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Quanto ao Caminho Vimiais, são trinta anos decorridos, estou de acordo com V. Exa., é um caminho que atravessa o coração da ilha e que é muito importante em termos de pastagens. Quando termina não sei... um dia!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi com atenção aquilo que disse o Sr. Deputado Carlos Mendonça sobre as perguntas que me pôs concretamente sobre a questão de médicos especialistas e enfermeira-parteira e subscrevo plenamente aquilo que o Sr. disse.

Sobre a questão da classificação do leite e para ser muito breve, penso que o Sr. Deputado se esqueceu aqui duma coisa importante, é que aquando da recente visita do Governo Regional à Ilha Graciosa, ficou acordado que logo que entrasse em funcionamento o novo edifício que servirá de sede aos serviços de Desenvolvimento Agrário da Ilha Graciosa, aí existiriam instalações necessárias para instalar a classificação do leite. Entretanto quero dizer-lhe que o pessoal que se destinará à classificação do leite já está a trabalhar no sentido de preparar o devido equipamento para esse fim.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Aguiar para pedir um esclarecimento.

Deputado José Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É apenas para pedir um brevíssimo esclarecimento.

Estou plenamente de acordo pelo facto de qualquer comunidade desejar sempre ter mais e mal de nós se assim não fosse, também em relação à nossa terra.

Eu gostava de perguntar ao Sr. Deputado Carlos Mendonça se tem presente mais ou menos a média, nos últimos anos de especialidades que se têm deslocado à Graciosa?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputados Carlos

Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não sei exactamente o número, mas posso citá-las em termos da função que desempenham: otorrinolaringologia, especialista de dermatologia, cardiologia não existe, o mais importante que é oftalmologia não existe, estomatologia é aquilo que nós sabemos.

Pode haver mais alguma mas eu não me recordo. Portanto, penso que é muito pouco para as carências que temos.

Presidente: O Sr. Deputado Jo'se Aguiar pretende a palavra para?

Deputado José Aguiar (PSD): É para prestar mais um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É para referir que em média se têm deslocado à Graciosa oito especialidades. Poderiam ser enumeradas e eu não estou a dizer que são muitas ou que são poucas, em média são sete ou oito especialidades por ano, o que me parece que já é razoável. De qualquer maneira há, de facto, especialidades que se calhar são aquelas mais prementes, mas também todos nós reconhecemos que é extremamente difícil arranjar especialistas e que queiram ir à Graciosa, porque não se pode obrigar os médicos a deslocarem-se a qualquer ilha da Região.

Penso, inclusivamente, que a Graciosa, felizmente, tem sido das ilhas onde não existe especialistas e que mais especialidades têm feito deslocar àquela terra.

De qualquer maneira, penso que se deve insistir sempre para que mais especialistas possam estar, nas nossas Ilhas. Existe regulamentação e as entidades da Graciosa sabem a quem dirigir-se para que essas deslocações se façam. As condições estão criadas. Há é a necessidade de sensibilizar os especialistas, de insistir junto deles para que cada vez mais se desloquem especialistas à Graciosa.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça pretende usar da palavra com que finalidade?

Deputado Carlos Mendonça (PS): Prescindo da palavra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O turismo é uma das actividades que ocupa cada vez maior número de pessoas; as infraestruturas têm aparecido mesmo nas ilhas pequenas onde há alguns anos não existiam; o desenvolvimento económico da Região também tem a ver com os afluxos turísticos.

A Ilha das Flores hoje é uma das que é visitada por um elevado número de turistas, uma parte muito importante dos quais são estrangeiros, provenientes da Europa Central. E, se o destino "Flores" fosse anunciado e vendido de forma diferente, não temos dúvidas nenhuma que o crescimento do turismo para aquela ilha, aumentava de forma exponencial.

Também se tornam necessários serem resolvidos sérios problemas ao nível dos transportes aéreos; aliás a própria viabilização da SATA exige a protecção dos passageiros, que provenientes de Ponta Delgada, passam no mesmo voo pela Terceira e Horta, ou da Terceira passam pela Horta. Diga-se de passagem que ainda há 15 dias, um número apreciável de florentinos, na Terceira, desejavam regressar a casa e só conseguiam confirmar o seu voo na semana seguinte; o ATP deslocava-se para as Flores, via Horta; o avião veio completo no percurso Terceira-Horta; os florentinos ficaram na Terceira, mas o ATP fez o percurso Horta-Flores com muitos e muitos lugares disponíveis. Esta medida não é inovadora, porque ela já existe em vários percursos, um dos quais, os voos de e para o Corvo, onde se dá e muito bem, protecção aos passageiros com destino ou provenientes daquela Ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O nosso objectivo fundamental era tecer algumas considerações sobre o turismo, divergimos, mas voltámos à matéria inicial.

Nas Flores, também as infraestruturas turísticas passaram por forte incremento; foram inicialmente as duas residências, depois foi o Hotel a entrar em funcionamento e finalmente, com a saída dos franceses, a sua "messe" passou a funcionar como Hotel e Restaurante; não foi só a oferta de camas que aumentou, também a oferta feita a nível de restaurantes aumentou em quantidade e qualidade. Daqui se poderá concluir que a oferta turística nas Flores está a um nível elevado.

Vem isto a propósito de estar a ser construída nas Flores uma residencial - a residencial da Siturflor- cujos capitais utilizados são 99% da responsabilidade da Região, conforme ainda antes de ontem referiu o Senhor Secretário do Turismo e é do conhecimento público.

Àquela residencial apenas lhe falta praticamente os arranjos exteriores.

Há muito que poderia estar em funcionamento e só não está porque existe uma oferta muito mais elevada que a procura.

Em nosso entender esta situação da residencial estar pronta e não abrir, não se pode, nem se deve manter.

A Ilha tem problemas de desemprego, como nunca teve e é urgente serem criados postos de trabalho; a residencial pode e deve ser posta a funcionar e não funciona.

Mas aparentemente vive-se numa situação de impasse. Seria fácil tudo ser resolvido, se a residencial, fosse aproveitada para "**Pousada da Juventude**".

Hoje, na Região, estão a avançar pousadas de Juventude na Terceira e em S. Miguel; a Ilha das Flores tem todas as condições para também possuir a sua Pousada da Juventude - não temos quaisquer dúvidas que seria a todos os títulos positivo que os jovens da Região e até muitos da Madeira e do Continente, pudessem usufruir das belezas naturais, do encanto e do ambiente sadio e acolhedor que lhe pode proporcionar uma estadia na Ilha das Flores, e isso só será possível com a existência duma Pousada para a Juventude.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Deixamos aqui uma ideia que estamos convencidos, se for concretizada, será bem aceite nas Flores, serve os interesses da Região e daquela Ilha e, vem de encontro à resolução duma necessidade para o intercâmbio juvenil na nossa Região. Estamos convencidos que este assunto pode vir a ser encarado com realismo e objectividade. Fazemos votos para que, muito em breve, aquela infraestrutura que nasceu para Residencial, seja inaugurada como "**Pousada da Juventude**".

Presidente: Para um esclarecimento tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, em primeiro lugar, dizer que estou de acordo com a quase totalidade da intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão. Porquanto é verdade, e reconhece aqui o Sr. Deputado, que a oferta cresceu e cresceu em qualidade, quer em número de camas, quer também na área da restauração.

Também é verdade que desde 1987 até 1993, quer o número de hóspedes, quer o número de dormidas evoluiu sempre no sentido positivo, inclusivamente o próprio ano de 1993, onde houve uma quebra de turismo nos Açores, a Ilha das Flores registou um crescimento positivo, quer no número de dormidas, quer no número de camas.

Nesta perspectiva, e justamente como foi feito noutras ilhas, o Governo decidiu investir numa unidade hoteleira de qualidade, é o caso concreto da Residencial, cuja proprietária é a Siturflor.

Eu não tenho nada contra as Pousadas de Juventude, antes pelo contrário, mas Sr. Deputado, eu julgo que, dado o crescimento da procura que se está a verificar na Ilha das Flores, embora não esteja totalmente de acordo com o início da sua intervenção, quando diz: "se fosse anunciada ou vendida de forma diferente, cresceria de uma forma exponencial". O Sr. admite que a promoção que está a ser feita não está a ser a mais correcta, mas admite que sendo bem feita cresceria numa forma exponencial e depois a seguir vem dizer que deveria ser utilizada uma unidade hoteleira de grande qualidade que seria desafectada dos fins turísticos.

Portanto, estamos de acordo numa parte e estamos em desacordo na sua conclusão final e julgo, Sr. Deputado, que a entrada em funcionamento daquela unidade virá decerto melhorar a qualidade do serviço prestado.

Houve efectivamente uma situação que não era previsível que foi a abertura do ex-Hotel dos Franceses para fins hoteleiros. O Hotel dos Franceses, Sr. Deputado, talvez pudesse ter tido uma outra finalidade e aí quero dizer que da parte do Governo houve esforços e foram feitas sugestões e propostas para que fosse dada outra finalidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para prestar esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário

Regional:

Eu não desejo com esta intervenção trazer qualquer polémica aqui e, portanto, disse e repito que se o destino Flores for vendido de forma diferente, podemos crescer.

Estou de acordo com V. Exa. em relação aos problemas que põe relativamente ao ex-hotel dos franceses. Agora há uma realidade, ou seja, de facto, aparece-nos uma oferta que nem eu nem o Sr. Secretário temos nada a ver com ela, isso é uma realidade e é uma oferta que também tem a sua qualidade.

Penso que estamos todos de acordo, e eu aqui também assumo essa responsabilidade, com a construção e com o empenho do Governo na conclusão da obra da Residencial da Siturflor. Não faço qualquer crítica a esse empreendimento, agora o que nós não prevíamos era o aparecimento duma infraestrutura que dá um certo agrado.

Por outro lado, considero que se houver destino Flores a crescer e é possível que ele cresça exponencialmente, temos capacidade de resposta. Por isso mesmo, eu tenho receio de que com a oferta da Siturflor, exista um aumento excessivo de camas e em termos de qualidade a Siturflor não vai acrescentar nada àquilo que já existe, porque, de facto, tanto na antiga messe dos franceses como no actual hotel, existe qualidade perfeitamente compatível com o turismo que nos procura.

Em nosso entender o grande problema que se põe é dar um destino rentável e que possa ser socialmente útil em relação à Ilha das Flores. Aliás, penso que isto é uma matéria sobre a qual não é necessário nem é exigível que hoje se tome aqui posição. É esta sugestão que eu queria deixar aqui e penso que pode ser estudada e se se chegar à conclusão de que para a Ilha das Flores e para a Região a Residencial da Siturflor poderá ser uma Pousada de Juventude nas devidas condições e com qualidade, penso que não havia necessidade de haver qualquer alteração àquilo que lá existe.

Julgo que isto poderia ser uma medida compatível com os problemas económicos e financeiros que se põem em relação àquela infraestrutura e em relação ao intercâmbio juvenil na nossa Região por um lado. Por outro lado, penso que é fundamental, todos termos consciência do aproveitamento no melhor sentido possível e não podemos correr o risco de, pelo facto de haver uma grande oferta, continuarmos numa situação de impasse e aquela infraestrutura ser levada para outros fins que poderiam ser, esses sim, criticáveis.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores vivem um momento de extraordinária importância em relação ao seu desenvolvimento económico.

Neste possível desenvolvimento continua agora e talvez mais do que nunca a ter especial relevo o sector agro-pecuário, por ser aquele que a curto prazo poderá absorver alguma mão de obra nos Açores, principalmente entre aqueles que desesperadamente procuram o primeiro emprego, aliviando um pouco a tentativa de emigração, certamente e uma vez mais o principal refúgio dos Açoreanos que aqui não encontram meios dignos de subsistência.

O momento é aparentemente propício à criação de condições para que muita desta gente possa enveredar pela agro-pecuária, caso os Regulamentos Comunitários e as verbas disponíveis sejam cabalmente executados e aproveitadas. Na verdade, o Regulamento 2079/92 proporciona oportunidades que poderão contribuir para a retirada da actividade de muitos agricultores com idade acima dos 55 anos.

Esta cessação de actividade, libertará muitas terras que poderão ser aproveitadas para o lançamento de muitos jovens na agricultura.

É verdade que o normal seria, um desvio cada vez maior de mão de obra deste sector. Todavia, não pertencendo nós a uma Região economicamente desenvolvida, antes pelo contrário cada vez mais carenciada dos postos de trabalho que vão desaparecendo, este sector primário ainda é e será concerteza por muito tempo a resposta imediata aos nossos mais prementes problemas nesta área.

Tomemos como exemplo o caso específico da Ilha Terceira, onde progressivamente os trabalhadores da Base das Lajes vão sendo despedidos, engrossando a fileira dos desempregados locais e onde agora se começa a sentir mais concretamente a situação de desemprego dos primeiros trabalhadores despedidos por aquela instituição Americana, com a aproximação da data em que deixarão de receber o respectivo subsídio: até 1996 serão mais duzentos trabalhadores a ficarem sem trabalho. Aliando esta circunstância à imensidade de jovens na procura do primeiro emprego, chegamos facilmente à conclusão de que a situação naquela Ilha se torna desesperante.

Faltou e continua a faltar vontade política a este Governo para minorar esta situação. De todas as obras prometidas, iniciadas, introduzidas em sucessivos planos e depois retiradas, passíveis de criar alguns postos de trabalho, nenhuma foi concluída nem se vislumbra pelo menos em horizonte próximo, vontade de as executar.

São exemplo disso o Parque Industrial do Porto da Praia da Vitória, o Matadouro Industrial ali a instalar, o Porto de Pescas que apesar de contemplado com 1.108.000 contos no plano de 1994, está em processo de desaceleração na execução das suas obras, sendo um facto que trabalhadores da empresa que o executa estão retirando para outros lugares do Continente Português, sinal evidente que será mais uma obra a não concluir, bem como as Marinas em Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como se verifica, tudo o que poderia contribuir para a criação de alguns postos de trabalho a curto e médio prazo não merece da parte do Governo Regional a vontade política da sua execução.

Com o desaparecimento progressivo do que já foi a principal fonte de riqueza daquela Ilha, - refiro-me à Base das Lajes - estando já super saturadas as Secretarias e Direcções Regionais ali existentes, bem como outros serviços, não resta alternativa uma vez mais senão a terra e por conseguinte a agro-pecuária.

É neste quadro que se reveste de vital importância a aplicação do Regulamento Comunitário 2079/92.

Pensamos que devia ser feito um esforço por parte do Governo Regional no sentido de que fossem alteradas algumas imposições que o referido Regulamento contém. Assim, no caso específico da libertação de terras, quando se obriga o cessionário a aumentar a área de exploração que o cessante liberta, está-se condicionando em muito o acesso a tais terras. Julgamos que tal medida devia ser alterada ou até eliminada.

Beneficiariam com isso cessantes e cessionários e concerteza daria mais hipóteses a uns e outros.

Bastaria quanto a nós que fosse definida uma área mínima por exploração.

Permitia-se assim uma maior contemplação da vertente social que a agricultura contém em Região tão desfavorecida como a nossa, ao mesmo tempo que se possibilitaria a reestruturação das explorações. Se dentro da área dos perímetros de

ordenamento agrário a dificuldade não seja tão notória, fora desses perímetros torna-se demasiado rígida tal exigência e dificulta sobremaneira quer o acesso dos jovens às terras, quer a capacidade de muitos lavradores optarem pela reforma antecipada.

Os prémios a conceder pela libertação de terras e o sistema de reforma antecipada merecerão certamente bastante acolhimento por parte dos lavradores que ultrapassam a idade dos 55 anos. Pensamos que o Governo Regional devia estimular ao máximo a implementação de tal medida, alargando-a ao maior número possível de lavradores. Isto porque o futuro não se apresenta risonho para os jovens que vivem nos Açores e parecendo ser nosso fado não podermos encontrar soluções fora da Agro-pecuária, Pescas e Turismo, torna-se necessário otimizar cada um destes sectores.

No que respeita à Agro-pecuária, se é verdade que a Política Agrícola Comum procura travar a produção em termos quantitativos, não será menos verdade que a aposta na qualidade a todos os níveis, trará sempre grandes hipóteses de sucesso. A Carne e Leite produzidos nos Açores pelo sistema de produção extensiva, terão necessariamente um valor acrescentado que se traduzirá em melhores preços e por conseguinte maior rentabilidade para os lavradores.

Há pois que enveredar pela produção em qualidade criando Regiões Demarcadas em especial para a produção de carne em Zonas onde os lavradores se comprometam a produzi-la segundo determinados padrões. Competirá ao Governo Regional promover a colocação de tal produto no exterior, necessariamente a preços compensatórios.

Promover a todo o custo a qualidade, poderá ser pois a forma de competir que se afigura tão necessária aos produtores regionais, dando uma orientação realista à produção nas suas explorações.

Trabalhar todavia na agricultura como ainda se trabalha, com as condições existentes, onde o Governo se tenta libertar de responsabilidades essenciais que tem no sector, adiando indefinidamente soluções em áreas tão importantes como caminhos e água para as explorações, é que se torna extremamente difícil e desencorajador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveitar cabalmente as virtualidades que os Regulamentos Comunitários contêm no sentido da modernização das explorações, criando as infra-estruturas fundamentais ao bom funcionamento das mesmas e facilitando por esta forma a vida aos lavradores,

ao mesmo tempo que a aposta na qualidade assegure os seus rendimentos para os tempos de pós-subsídio, poderão ser medidas que permitam uma vida aliciante a quem de futuro se queira dedicar à lavoura.

Poderemos estar chegando àquela situação em que numa forma geral e à imagem dos países desenvolvidos os jovens se dediquem à Agro-Pecuária após a sua preparação académica, iniciando-se assim um outro ciclo na forma de estar e trabalhar a terra.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Pedia ao Sr. Deputado António Gomes que o substituísse aqui na Mesa.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando eu pedi à Direcção do meu Grupo Parlamentar para intervir neste período, era com a ideia de fazer duas perguntas ao Sr. Presidente do Governo e ao Sr. Secretário da Habitação e Obras Públicas, etc., etc..

Sou um homem crédulo, de vez em quando acredito nestas coisas, mas em relação ao PSD não se pode ser crédulo e como é normal, mas não devia ser assim, o Sr. Presidente do Governo não está, nem está cá também o Sr. Secretário....

(Aparte inaudível do Secretário Regional do Turismo e Ambiente)

Não se ouve nada, o Sr. Secretário quando fala não o consigo ouvir, deve ser uma deficiência minha ou sua. Dá-me a impressão que V. Exa. não fala!

Em relação ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente, que representa aqui o Governo e que é uma espécie de reencarnação ou será um milagre do Pai, Filho e Espírito Santo, que consegue integrar todo o Governo numa só pessoa, eu não lhe faço a pergunta porque o Sr. Secretário não está com atenção, porque da última vez que se falou sobre o Porto do Corvo o Sr. Secretário não soube dar nenhuma resposta, de maneira que não lhe faço a pergunta...

(Aparte inaudível do Secretário Regional do Turismo e Ambiente)

O Orador: É V. Exa. Sr. Secretário, V. Exa. não está com atenção, eu entendo, tudo bem! Mas provavelmente também não me saberá responder, porque da outra também não soube, acerca da questão do Porto do Corvo. Não lhe farei a pergunta, mas há-de ficar registado e desculpem-me o termo, isto são tudo muito "bons rapazes", mas há determinadas coisas que não há nada melhor do que ficarem escritas e gravadas nos sítios certos.

Ora muito bem! Vamos falar do Porto do Corvo, já se fala disto há muito tempo e os Srs. Deputados podem já não gostar de ouvir falar desta questão, mas é bom que se fale para não esquecer.

No passado dia 29 de Abril, um grupo de cidadãos da ilha do Corvo, composto pelo Sr. Deputado do PSD daquela ilha, pelos Srs. Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal respectivamente e eu próprio, fomos à Ilha do Pico falar com o Sr. Presidente do Governo - esta "embaixada" fez-me lembrar a embaixada dos meus antepassados que foram falar com o Mouzinho da Silveira e conseguiram alguma coisa e estou convencido que nós não vamos conseguir nada - que nos recebeu com aquele ar de simpático que lhe é peculiar, sobre a questão do Porto do Corvo que não pode ter aquele tamanho que neste momento tem, o porto tem que ser maior. O Sr. Presidente recebeu-nos e quando começámos a falar sobre esta questão, o Sr. Presidente com ar satírico, parecia que era a primeira vez que estava a ouvir falar sobre aquele assunto, disse-nos que nos tinha ouvido com muita atenção, que tinha tomado boa nota, que ia falar com o Secretário do pelouro sobre esta questão e que iria ouvir também a opinião dos técnicos ligados a estas obras do mar que são obras difíceis e por vezes complicadas e que se se aumentasse o cais do Corvo então a obra era muito mais cara.

Eu volto a dizer que o Sr. Presidente, apesar da sua simpatia, de nos ter recebido a todos, deu-me, pelo menos a mim, a sensação que ele estava a ouvir este assunto pela primeira vez, o que não era verdade!

O Sr. Presidente ficou de, posteriormente, nos dar uma resposta sobre esta questão.

Eu sei que isto é uma questão que irá demorar, se por acaso se mexer no cais do Corvo mais um centímetro, o que eu não acredito, Sr. Secretário, só se vir, nem um palmo, eu falo só num centímetro, porque um palmo tem vários centímetros, pelo menos o meu são 27, o dos Srs. não sei quantos são!

Vozes da bancada do PSD: São 28!

O Orador: Já se passou algum tempo e o Sr. Presidente não me disse nada e julgo que também não disse nada ao Sr. Deputado do PSD da Ilha do Corvo, entretanto a obra do porto vai começar e qualquer dia o porto fica pronto...

Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Vai ficar!

O Orador: Fica pronto mas é da maneira que os Srs. querem e que não serve aos corvinos, ficamos todos a "chupar no dedo", desculpe a expressão, e o porto fica com dezassete metros e meio ou dezoito.

Eu quero voltar a dizer muito claramente o seguinte: era óptimo que o Sr. Presidente do Governo respeitasse a palavra dele e nos respondesse rapidamente sobre esta questão e nos dissesse se vai aumentar o porto ou vai ficar como está, que é para nós sabermos e tentarmos fazer uma intervenção doutro tipo. Agora o que não podem é continuar a embalar-nos, como nos têm embalado ao longo de vários anos e eu já outro dia disse aqui na Assembleia, que durante vários anos fiquei calado à espera da resolução desta questão do porto, porque me foi dito que as obras no porto do Corvo iriam levar ainda algum tempo porque se iria esperar que se acabasse o porto das Flores para depois fazer o porto do Corvo e eu como sou um homem crente, cheio de boa vontade, pensei: - "desta vez é que os corvinos ficam com o porto que necessitam!"

Era um porto com 30, 40 ou 50 metros, o necessário para encostar um navio na cabeça do porto. Esse é o porto que serve aos corvinos.

Ao Sr. Secretário, que aqui representa o Governo e que é a "Santíssima Trindade, Pai, filho e Espírito Santo", não tenho dúvidas disso, peço que faça chegar esta minha ânsia ao Sr. Presidente do Governo, como ele já sabe, porque este assunto já foi falado muitas vezes, e que ele nos dê uma resposta. Nós estamos ansiosos assim

como os corvinos, que o Sr. Presidente do Governo, num acto generoso, faça um porto no Corvo digno e necessário para aquela ilha.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves e vamos entrar no prolongamento do Período de Antes da Ordem do Dia

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A solicitação dos deputados regionais marienses do P.S. e do P.S.D., todos os membros que compõem esta Assembleia subscreveram uma Petição dirigida ao Presidente da Assembleia da República, tendo sido este documento assinado também por todos os Secretários Regionais e pelo seu Presidente Dr. João Bosco Mota Amaral. A Petição tinha como finalidade a discussão em Plenário, na Assembleia da República, dos pontos de vista dos marienses sobre a manutenção do Centro de Controlo de Tráfego Aéreo em Santa Maria e das consequências que poderia advir do facto dos serviços já referidos serem transferidos para Lisboa. Todos tivemos de acordo nestes propósitos incluindo o Secretário Regional Natalino de Viveiros. Para que se saiba a petição foi assinada por cerca de 5.200 pessoas.

Em Fevereiro do corrente ano, aquando da discussão da liberalização das Escalas Técnicas, Natalino de Viveiros, afirmava nesta Câmara que os responsáveis marienses deveriam preocupar-se mais com a transferência do Controlo de Tráfego Aéreo do que com a questão que se relacionava com as já referidas escalas técnicas, propondo ao P.S. para em conjunto com o PSD "serrar fileiras" para a defesa da instalação do projecto NAV II em Santa Maria. Ao fazer isto pretendem dar a entender à opinião pública que tinham sido os pioneiros na defesa desta questão, quando na realidade foram os últimos a aderir à reivindicação iniciada pelos deputados e autarcas socialistas. O Governo Regional se tem actuado com firmeza no início talvez a situação que hoje os marienses vivem, não existisse. Foi pena.

Pretendeu o Senhor Secretário Regional desviar as atenções dos marienses da questão

quente das escalas técnicas, levando a cabo ao mesmo tempo uma operação de cosmética que visava a limpeza da imagem de Mota Amaral e do PSD na Ilha de Santa Maria, operação essa, que infelizmente para o Presidente do Governo, não vai resultar pois os marienses sabem quem os defende sem quaisquer receios e em qualquer circunstância.

Por isso lhe têm dado o seu voto.

Porque estamos a chegar a esta conclusão? Simples e claro como água, bastou-nos ouvir as declarações proferidas pelo Deputado ao Parlamento da República, relativamente às respostas dadas por Natalino Viveiros. Quando indagado pelo supracitado deputado acerca da posição do Governo Regional sobre o assunto referido, o Senhor Secretário informou aquele deputado, que é relator da Comissão que vai analisar a Petição que todos nós assinamos, que existe um contencioso entre os dois Governos e que o melhor é não levantar mais problemas, considerando deste modo uma causa perdida.

Este procedimento do Secretário Regional só vem confirmar aquilo que afirmamos anteriormente, ou seja, que toda esta operação não passou de uma manobra de diversão para mariense ver, demonstrando assim a falta de vontade política do Governo Regional.

Depois de tudo isto em quem devem os marienses acreditar?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, os açorianos não podem ter confiança em governantes que hoje afirmam uma coisa e logo de seguida mudam conforme o vento de ocasião.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por diversas vezes foi referido pelo PSD que os Autarcas e os deputados socialistas durante muitos anos tiveram junto do Governo Regional atitudes consideradas, pelos membros do PSD, como penalizantes para Santa Maria, quando na realidade aquilo que fizeram foi tão somente defender os seus pontos de vista com coragem e com frontalidade. Hoje na Câmara Municipal outros membros são os responsáveis pelos destinos da ilha, tendo-lhe sido, por diversas vezes, feitos elogios uma vez que considera o PSD que há uma maior abertura da autarquia para com o Governo. Em princípio tudo levaria a crer que agora sim é que a ilha irá ver o seu desenvolvimento

surgir, o que para os marienses seria "ouro sobre azul", como se costuma dizer. Mas o que fez o Governo Regional em prol do desenvolvimento da ilha depois de 1992? Desenvolveu a Zona Franca? Fez o reforço do molhe cais? Pagou as dívidas aos empresários locais a às firmas que tinham a receber verbas avultadas pela parte da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações? Além de assinar a Petição que fez mais em relação ao NAV II? Não liderou tão pouco este processo, pois sabia que possivelmente não obteria uma vitória e portanto ao não ser o líder não teria o ónus de ser o derrotado ficando esta parte para a Câmara Municipal.

É vergonhoso a falta de coragem demonstrada pelo Governo e os métodos que utiliza para, não interessa como, ficar bem junto dos açoreanos nem que para isso outros açoreanos fiquem prejudicados.

A máscara caiu e Natalino de Viveiros ao fazer as afirmações já referidas, veio confirmar que mais uma vez o Governo Regional descurou a defesa dos marienses, em particular e dos açorianos em geral, em favor das boas relações com Cavaco Silva.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É meu dever aqui desta tribuna chamar a atenção para os problemas que afligem aqueles que me elegeram e defender sempre, mas sempre, os seus interesses. Depois de termos sensibilizado o PSD e o Governo por ele suportado a quem recorrer? Como evitar a desertificação da ilha? Francamente pensamos, talvez, que a única pessoa que poderá eventualmente transmitir o que os marienses sentem aos responsáveis nacionais seja o Ministro da República, apesar de na questão das escalas técnicas não ter mantido a posição que inicialmente tinha assumido.

Porque ainda tenho alguma esperança no Senhor Professor Doutor Mário Pinto, é que daqui desta tribuna e em nome dos marienses, lhe solicito que nos responda com clareza e sem subterfúgios o que vai acontecer a seguir?

O NAV II fica ou não em Santa Maria? Se for transferido para Lisboa que contrapartidas serão dadas a Santa Maria? Quantos funcionários e Serviços ficarão na Ilha?

É necessário que o Senhor Ministro da República clarifique as questões referidas

provando que afinal aquilo que por diversas vezes já disse relativamente a Santa Maria, ou seja, que olha para a Ilha de Gonçalo Velho com simpatia reconhecendo inclusivamente que ela atravessa uma situação económica difícil e que entende as posições assumidas pelos marienses em defesa dos seus interesses.

Senhor Ministro diga-nos a verdade e com o que podemos contar para sabermos se os nossos jovens têm de emigrar, pois já nem empregos há na ilha porque os poucos que existem vão sendo ocupados por reformados que foram em 1993 candidatos à Presidência da Câmara de Vila do Porto. É que nem a Juventude Social Democrata tem hipóteses de emprego.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Solidariedade é palavra vã quando utilizada por políticos que têm como objectivo final enganar populações para de qualquer modo arrecadar a seu favor os seus votos não se interessando minimamente com os seus problemas. Exige-se solidariedade para com a Região da parte do Governo da República e no entanto essa solidariedade apregoada aos quatro ventos pelo PSD, não se pratica na realidade entre nós que vivemos nestas ilhas, verificando-se mesmo uma vontade desmedida por parte das ilhas mais populosas de retirarem o pouco que resta às mais pequenas e é infelizmente o Governo Regional o principal impulsionador desta política.

Assim não, não tratemos uns açorianos de uma maneira e outros de outra, pois o desenvolvimento deve ser feito de igual modo para todas as ilhas.

Disse.

(Aplausos do PS e do Deputado Indep.)

Presidente: O Sr. Deputado José maria Bairos pede a palavra com que finalidade.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Maria Bairos(PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo.

Vou referir-me aqui a dois ou três pontos da intervenção do Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Primeiro falou em declarações, e eu não tenho conhecimento delas, através do Secretário Regional, essas declarações escritas em jornais não sei se correspondem à verdade ou não, porque eu não estava presente e por isso não as ouvi, mas vou tentar saber de, de facto, era esta a ideia que ele queria transmitir. Não acredito que seja, porque seria um total contracenso em relação às posições que ele tomou aqui nesta Câmara.

Vem o Sr. outra vez dizer que o Governo não se empenhou na manutenção dos serviços em Santa Maria. Eu acho que esta luta, ao longo dos anos, foi desempenhada por muita gente. Simplesmente houve uns que as dirigiram num sentido e outros noutro, conforme as suas conveniências e durante quatro anos que estou aqui, em diversas intervenções do Deputado Socialista, nunca vi uma acusação dirigida à ANA-EP, foi sempre ao Governo Regional, como se este fosse responsável por um serviço que não está à sua responsabilidade.

Não houve, de facto, foi o entendimento necessário e a solidariedade das várias forças políticas, juntamente com o Governo para chamarem à atenção do responsável principal pela transferência deste serviços. Havia principalmente um interesse político e não um interesse da defesa dos interesses da Ilha de Santa Maria.

Fala de novo na Zona Franca, este é um assunto que já falámos aqui muito, já disse diversas vezes que no dia do "enterro" o Sr. Deputado terá um lugar de honra no funeral, porque ajudou muito a que, de facto, se chegasse a essa situação.

O Sr. fala em dívidas da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, que deve a fornecedores. Há aquelas dívidas normais que estão decorrendo, não tenho conhecimento de que haja grandes dívidas.

Quanto ao apelo que faz ao Sr. Ministro da República, acho muito bem. Penso que o Sr. Ministro da República também se deve empenhar nesse assunto, embora a experiência, ao longo dos anos, de diversos pedidos que se fizeram para dar o seu parecer junto do Governo e da ANA-EP todos eles foram gorados, porque as respostas foram sempre um bocado inviezadas de forma a não se comprometer. Portanto julgo que neste momento também não virá daí nenhuma novidade.

Presidente: Agradecia que o Sr. Deputado terminasse porque o seu tempo já se esgotou.

O Orador: Fala aí em empregos que foram ocupados. Eu julgo que não houve empregos que foram ocupados, o que eu tenho conhecimento é de uma delegação que abriu em Santa Maria e que foi nomeado um delegado. Ora, um delegado para uma delegação não é emprego, porque é um cargo de confiança do próprio Governo, é um cargo de nomeação e não constitui emprego porque um delegado é nomeado por um determinado tempo; e emprego é quando é aberto um concurso em que toda a gente concorre em igualdade de circunstâncias, o que não é a situação.

O Sr. não quis esclarecer para deixar a dúvida no ar. E para que isto fique bem claro o que aconteceu foi a nomeação de um delegado e não a criação de nenhum posto de trabalho.

Muito obrigado.

Presidente: o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente pediu a palavra para prestar um esclarecimento.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): É para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para um protesto.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria protestar pela forma como o Sr. Deputado se referiu à falta de empenhamento do Governo na resolução do problema do NAV II. É sabido das pessoas desta Casa, da população dos Açores e de Santa Maria numa forma muito especial, que o Governo sempre se empenhou e sempre se bateu e continua a fazer esforços no sentido de que o NAV II não venha a sair de Santa Maria. Inclusivamente o Sr. Deputado, na sua intervenção, se não me falha a memória, referiu claramente que todas as pessoas desta Câmara tinham subscrito a petição, inclusivamente eu próprio também a subscrevi conjuntamente com todos os Membros do Governo, incluindo o Sr. Presidente.

Quanto às declarações que são feitas pelo relator numa Comissão da Assembleia da República, Sr. Deputado José Reis, salvo erro, do Partido Socialista...

Deputado José Humberto Chaves (PS): É o relator da Comissão!

O Orador: É relator da Comissão e é eleito pelo Partido Socialista, portanto quis

apenas fazer aqui esse esclarecimento.

Também queria aqui protestar pela forma como o Sr. Deputado se referiu à pessoa do Sr. Secretário, na medida em que o Sr. Secretário, concerteza que terá oportunidade de rebater essas declarações. ainda não o fez, porque talvez ainda não teve tempo. Também acho que não é correto vir-se para aqui na ausência do Sr. Secretário fazer ...

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Não é obrigatório estar aqui, já por mais do que uma vez disse aos Srs. Deputados que os Srs. têm figuras regimentais que podem utilizar e que permitem ao Governo aqui estar para responder às questões concretas que os Srs. Deputados quiserem. Os Srs. Deputados sabem isso, é regimental, podem fazê-lo e sempre que o têm feito o Governo aqui tem estado. Se os Membros do Governo não estão aqui para responder concretamente às perguntas que os Srs. Deputados fazem, é porque os Srs. Deputados é que não querem, se quiserem os Membros do Governo vêm aqui com todo o gosto, como o têm feito em situações anteriores.

Era só isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves, naturalmente, para prestar esclarecimentos.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começaria pelo Sr. Secretário Regional. Eu sinceramente não tenho culpa nenhuma que o Sr. Secretário Natalino Viveiros não esteja sentado aí nessa bancada para me responder...

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Não tem nada que estar!

O Orador: Não tem nada que estar?! Então o Sr. não tem nada que dizer que eu estaria a falar na ausência dele. Eu não vou, de maneira nenhuma, esperar que o Sr. Secretário Natalino Viveiros ou outro Secretário qualquer esteja nesta Sala, para eu defender os meus pontos de vista e os interesses da Ilha de Santa Maria. Por isso, é assunto encerrado!

Em relação ao emprego ou delegado da confiança do Governo na Secretaria Regional

da Juventude e Recursos Humanos, eu perguntaria e ponho aqui em causa o seguinte: Não será que o PSD tem jovens com capacidade em Santa Maria para ocuparem um lugar destes e que devem ser, certamente, da confiança do Sr. Secretário? Portanto, é uma pergunta que eu deixo aqui no ar e o que eu estou a transmitir, no fundo, é o que eu ouço na ilha de Santa Maria. Eu até defenderia, e sendo um lugar de confiança, que fosse dado ao jovem do PSD, o que eu não defendo é que seja dado a uma pessoa que tem uma reforma e que tem possibilidades de viver, enquanto esses jovens estão à procura de emprego.

Eu defendo a criação de postos de trabalho, não defendo de maneira nenhuma a acumulação de postos de trabalho.

As dívidas, são algumas e posso-lhe dizer, por exemplo, que há uma empresa de camionagem, que não lhe vou dizer qual é o nome, que não recebe desde finais de 92, há aqui a repavimentação de estradas regionais, e eu tenho aqui um ofício em que no seu ponto 5 diz o seguinte: "A dívida da Frias Lda. a fornecedores locais é totalmente coberta pelo montante a receber da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas". Está aqui escrito, portanto, não tenho qualquer dúvida em dizer.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Quanto às declarações, e para terminar, só queria dizer o seguinte: O Governo Regional troca o Centro de Controlo Oceânico de Santa Maria por boas relações com Cavaco Silva. Eu não estou a inventar nada, está aqui ...

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal) : O Sr. está a inventar!

O Orador: Não estou a inventar nada e o Sr. Deputado que veio do Parlamento da República a Santa Maria, para ver "in loco" as nossas dificuldades, única e simplesmente, julgo eu, só transmitiu aquilo que o Sr. Secretário lhe disse e se ele transmitiu, transmitiu muito bem e foi bom para que os marienses ficassem a saber.

Presidente: O Sr. Deputado José Maria Bairos pediu a palavra com que finalidade?

Deputado José Maria Bairos (PSD): Para prestar esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Iria começar aqui pelas dívidas que o Sr. referiu aí. Gostaria que me dissesse sobre as dívidas que falou quais são as dívidas locais e falou na repavimentação das estradas.

Há algum credor desta obra local em Santa Maria, portanto, dos fornecedores que referiu e que a Secretaria lhe devia dinheiro? Isto é uma pergunta que lhe faço.

Quando fala aí, de facto, na situação do delegado e de ser um jovem, eu acho que isso não está em causa, porque eu recordo-me bem, porque na altura ainda estava na Câmara Municipal de Vila Porto e o Sr. era Presidente da Câmara, em que teve uma funcionária da mesma que pediu a reforma e dois dias depois o Sr. convidou-a para ser gestora ao seu lado e não foi aprovado, porque, de facto, ela tinha ido para a reforma antecipada por motivos de doença e o Sr. três dias depois apresenta uma proposta em que ela devia regressar e ganhar oitenta contos por mês, enquanto que o motivo não foi reforma, ela saiu da Câmara por doença, com reforma antecipada.

A memória é curta e este caso é muito pior do que este que estamos a falar, porque trata-se duma pessoa que foi convidada para ser delegado em Santa Maria e que foi convidado para assumir um lugar. Qualquer jovem de confiança neste momento, que fosse para lá, seria sempre numa situação transitória e, aquela delegação é um serviço com alguma responsabilidade devido às áreas que tem lá e que são várias, a juventude, a energia e a formação profissional e não é qualquer pessoa que pode ficar a gerir uma delegação daquelas e para ir buscar pessoas com alguma experiência, não vão deixar os empregos para irem ocupar um lugar numa situação transitória de um ou dois anos, porque é um cargo de nomeação.

Portanto, o Sr. Deputado não venha com lições de moral, porque o Sr. não tem autoridade para pregar moral a ninguém e neste caso específico acabei de lhe dar um exemplo!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para prestar esclarecimentos.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar queria esclarecer o seguinte: a tal senhora que o Sr. Deputado estava a dizer que era "compadrio", pois essa senhora pertenceu posteriormente à Assembleia Municipal pelo PSD, portanto não havia compadrio...

(Protestos da bancada do PSD)

O Orador: Não havia compadrio. Houve uma proposta, era permitido por lei o Presidente da Câmara ter uma pessoa nestas condições. O Presidente da Câmara propos e a Câmara achou que não devia ser, pronto, acabou, não há nada de especial, mas no caso concreto não é assim. Ele está lá e tem a acumular a função de gestor na empresa de camionagem em que o Governo Regional tem 99%. Portanto, são três empregos: é a reforma, é Delegação da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos e ainda administrador da empresa de camionagem. Não sei quanto é que ganha, se ganha muito ou pouco mas vou perguntar ao Governo Regional através dum requerimento.

Ainda em relação a esta questão do emprego, eu queria pôr a seguinte questão: Em vez de ter esta pessoa neste lugar, porque é que não deram esse lugar a um jovem do PSD, porque eu penso que há jovens no PSD em Santa Maria com capacidade para ocuparem lugares destes.

(Apartes inaudíveis do Deputado José Maria Bairos)

O Orador: Não, já há tanta gente desempregada lá, o Sr. é que está tolo ou não sabe nada! O Sr. é que não vive em Santa Maria! O Sr. só vive é para defender a sua bancada e o Governo Regional já há muito anos e é por isso que o Sr. tem "levado nas orelhas" em todas as eleições. O Sr. nunca conseguiu ganhar nenhuma.

Presidente: Tem a palavra o Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero, muito rapidamente, prestar aqui dois esclarecimentos.

Em primeiro lugar quando o Sr. se referiu à senhora que era membro da Assembleia Municipal do PSD, quero-lhe dizer que ela foi membro da Assembleia Municipal muito depois e porquê? Porque ela foi a própria a afirmar, na altura, que este este cargo tinha sido prometido a ela pelo Sr. Presidente da Câmara...

(Aparte inaudível do Deputado José Humberto Cheves).

O Orador: Oh Sr. Presidente!

Presidente: Pode continuar.

O Orador: Muito obrigado.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Pode continuar mas não vale a pena!

O Orador: Portanto, esta situação de ela pertencer ou não à Assembleia Municipal, não tem nada a ver com isto. Eu estou esclarecendo é porque isto tinha sido uma promessa sua e ela foi membro da Assembleia do PSD, mas independente, porque ela não é filiada no PSD. Portanto, na altura o Sr. Presidente é que envolveu o processo todo e é que lhe prometeu, de facto, o lugar.

Quanto ao facto das eleições, eu assumo sem problema absolutamente nenhum, agora digo-lhe que não é pelo perfil das pessoas que o PS tem apresentado, mas sim pelos métodos utilizados, e ainda neste momento decorre um processo na Procuradoria Geral da República, que é a continuidade daquilo que sempre fizeram ou seja, quando é chegada a altura das eleições, grande parte daquela gente é comprada no dia anterior e neste momento decorre o processo e o Sr. também está lá envolvido porque é uma continuidade e é assim que se tem ganho eleições.

Têm ganho eleições porque Santa Maria tem situações complicadas, e eu tenho-as defendido localmente, nesta Câmara e junto do Governo com o mesmo ardor e a mesma vontade que o Partido Socialista e não estou aqui a fugir às questões, porque eu tenho-as enfrentado sempre de frente.

Presidente: O Sr. Deputado José Humberto Chaves tem a palavra para prestar esclarecimentos e tem pouco mais de 30 segundos.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dizer que as eleições acontecem, os partidos políticos concorrem e ganham aqueles que as pessoas escolhem. Ontem aqui o Sr. Secretário da Educação e Cultura dizia aos Socialistas que tinham perdido as Câmaras pela má gestão dessas Câmaras. Então ganhámos Santa Maria pela boa gestão que fizemos na Câmara de Vila do Porto.

Eu gostava de lhe dizer mais uma coisa: é que o Sr. Deputado José Maria Bairos aqui nesta Casa toma uma posição, mas outro dia num determinado lugar a falar com um militante do PS dizia que a posição assumida pelo Sr. Jaime Figueiredo na

Assembleia Municipal e em relação aos sacos de cimento, que o PSD e o Sr. não tinham nada com isso.

Depois se quiser eu digo-lhe o nome da pessoa a quem o Sr. disse isso. Concerteza que não o vou fazer aqui.

O Sr. disse isto!

(Apartes inaudíveis do Deputado José Maria Bairos)

O Orador: O Sr. já não manda na Comissão Política!

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em nome da bancada do Partido Social Democrata quero protestar pelas afirmações do Sr. Deputado José Humberto Chaves, ao afirmar que as eleições servem para o PSD ou as comissões políticas "levarem nas orelhas".

O PSD concorre a qualquer acto eleitoral humildemente!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Ah sim?!

O Orador: Concorre com os seus candidatos e com os seus projectos e as populações aceitam ou não aceitam. Quando não aceitarem, nós humildemente ocupamos o nosso lugar, que neste caso, em Santa Maria, é na oposição.

Quero-lhe dizer que de maneira nenhuma podemos aceitar, que sendo as eleições a festa da democracia, se façam leituras como esta de "levar nas orelhas".

Por esta ordem de ideias, o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, que já perdeu a eleições quatro vezes, já não tinha cabeça e o Sr. Deputado Mário Machado já não tinha orelhas!

(Risos da bancada do PSD)

Deputado Mário Machado (PS): Essa não serve para mim!

Presidente: O Sr. Deputado Rui Ávila pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Ávila (PS): É para um contraprotesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem que ser um contraprotesto de segundos, que é tudo quanto resta neste tempo regimental ao Partido Socialista.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente eu poderia invocar a figura da honra e da consideração, mas não será bem o caso.

Presidente: Ó Sr. Deputado, eu só estou prevenindo que dispõe da palavra por segundos.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente e... conto com a vossa benevolência!

(Risos da Câmara)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria recordar ao Sr. Deputado Rui Melo que esta história do ganhar e do perder, só quem está habituado, instalado e protegido por uma sigla ganhadora, é que não sabe o que é fazer com que a democracia ainda exista.

O mais fácil é a gente encostar-se sempre ao lado dos mais fortes, mas aqui o que está em causa não é isso.

Eu queria lembrar-lhe apenas um pequeno pormenor, Sr. Deputado Rui Melo:

Nas eleições legislativas de 92, no Concelho de S. Roque do Pico, quem ganhou foi o PS!

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim do Período de Antes da Ordem do Dia.

Vamos entrar no **Período da Ordem do Dia** com a apreciação do 1.º ponto que temos agendado e que se trata da apreciação duma Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Adaptação à RAA do Decreto-Lei N.º 190/91 de 17 de Maio que regulamenta a criação e funcionamento do serviço de psicologia e orientação"

Para uma intervenção, na generalidade, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo ausentes e sobretudo o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, o que lamento!

Estamos a apreciar, na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional "Adaptação à Região do Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de Maio, que regulamenta a criação e funcionamento do serviço de psicologia e orientação".

Convida-se as estruturas sindicais, conforme estipulam a Constituição da República, a Lei 16/79, o nosso Regimento e os serviços jurídicos desta Assembleia. A Comissão de Juventude e Assuntos Sociais acabou por concluir que era necessário dar uma nova versão à proposta original, a fim de a pôr em conformidade com os preceitos constitucionais e estatutários.

Assim, a proposta que ora analisamos é bastante diferente da inicial, tendo contado, para o efeito, com a colaboração da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Nos debates da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, bem como nos pareceres sindicais, foi bastante frisada a necessidade de se ter em atenção as competências dos serviços ora criados, que em alguns casos são complementares das atribuídas às equipas de educação especial e às escolas especiais de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada e noutros são semelhantes, podendo vir a serem geradoras de conflitos.

Pensamos que se a Direcção Regional de Educação cumprir, através da Direcção dos serviços competentes, com as suas funções de coordenação e orientação, naturalmente são eliminadas quaisquer zonas de conflito e sobretudo será incentivado o intercâmbio, a cooperação e a colaboração entre os Serviços de Psicologia e Orientação, as Equipas de Ensino Especial e as Escolas de Educação Especial.

Sabendo-se das dificuldades em meios humanos destas instituições, das suas incapacidades financeiras, da sua não autonomia administrativa e financeira, é obrigatório que a Direcção Regional de Educação exerça uma acção eficaz e eficiente nestas áreas.

Por isso, e considerando que essa será a acção da Direcção Regional de Educação, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Rosa Machado.

Deputada Rosa Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A criação, no âmbito da Secretaria Regional da Educação e Cultura, dos Serviços de

Psicologia e Orientação é mais um passo que se propõe no acerto de linha de rumo que uma educação centrada na criança deve merecer.

O valor de algumas ideias transformadoras, que a reforma educativa pretende atingir, como sejam: uma educação de qualidade capaz de responder a necessidades presentes e de antecipar futuras, sem se exprimir, não só por intenções mas por acções.

Este serviço que agora se pretende criar, vem possibilitar o potencial desenvolvimento de cada indivíduo e permite uma melhor resposta às necessidades cada vez mais especializadas da sociedade actual.

O Serviço de Psicologia e Orientação formado por psicólogos e técnicos sociais, tem como alguma das suas funções fundamentais colaborar com os pais, encarregados de educação e professores, não só na identificação das causas do insucesso escolar e tomar medidas para as combater, como também na ajuda da escolha duma carreira ou profissão.

Com a criação do Serviço de Apoio Psico-Pedagógico, podem também usufruir benefícios os professores sem habilitação legal que têm sido até agora um sustentáculo das escolas açorianas tão carenciadas em professores profissionalizados e que muitas vezes se sentiam à deriva sem a mínima orientação de como proceder.

Por pensar que esta medida será de grande utilidade para todos os agentes do processo educativo, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente.

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão, pedia ao Sr. Deputado Carlos César, Vice-Presidente da Assembleia, que tomasse a direcção dos trabalhos, porque eu tenho que me ausentar, por necessidade de missão oficial.

(Neste momento Sr. Presidente da A.L.R.A. foi substituído pelo Vice-Presidente, Deputado Carlos César)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece que não há Membros do Governo:

Em primeiro lugar a minha respeitosa saudação ao Sr. Presidente em exercício, Sr. Vice-Presidente da Assembleia: Penso que nesta legislatura é a primeira vez que

assume a condução dos trabalhos em plenário.

Em segundo lugar vou participar com a minha primeira intervenção nestas matérias, em relação à Proposta de Decreto Legislativo Regional que procura implementar, na Região Autónoma dos Açores, os Serviços de Psicologia e Orientação.

Começo por estranhar e lamentar a ausência de qualquer membro do Governo em relação a uma matéria que nos é proposta pelo Governo, que não é uma matéria totalmente pacífica, em nosso entender, e o Governo devia estar ali, efectivamente representado para, pelo menos, defender a sua proposta.

O Governo propõe adaptar à Região o Decreto-Lei 190/91, procurando criar um Serviço de Psicologia e Orientação, aliás, de acordo com a lei de bases em vigor a nível nacional.

No entanto, este serviço que se propõe criar na Região Autónoma dos Açores, não estamos de acordo, mas não o pomos em causa. Pensamos é que o Governo Regional deveria atender à existência de um outro serviço, as Equipas de Educação Especial, que foram implementadas pelo Decreto Regulamentar Regional 2/93/A, que funcionam na Região e cujo pessoal, em nosso entender, deveria integrar este serviço de Psicologia e Orientação.

Com este Decreto pretende-se, aliás, a criação do Serviço de Psicologia e Orientação e para nós é muito preocupante que no futuro exista a sobreposição de muitas das competências que se verificam entre aquilo que está consignado às ES e aquilo que se aponta para o Serviço de Psicologia e Orientação.

A legislação que se prevê para o Serviço de Psicologia e Orientação possui uma área de interesse que podemos classificar de serviço de educação vocacional, ficando uma ideia que em relação à área de educação especial ficará tudo muito mais confuso.

Portanto, não é a primeira vez que se defende, a nível institucional e regional, que não deverá haver uma sobreposição de serviços e aqui na prática o Governo Regional e esta Assembleia se o aprovar, está a criar, efectivamente, a sobreposição de serviços. Está a criar dois serviços que funcionam na mesma área, que funcionam com os mesmos técnicos que têm um âmbito muito semelhante, muito equiparado.

Nós entendemos que as actuais Equipas de Educação Especial deveriam ser englobadas pelo Serviço de Psicologia e Orientação. Pensamos que só assim é que,

efectivamente, isto poderia ter uma lógica de toda a processologia.

Não somos só nós que temos tomado posição sobre esta matéria. Efectivamente, num parecer que um dos sindicatos nos enviou, sobre a proposta que estamos a apreciar, em que "alerta para a possibilidade da criação de serviços paralelos, com as mesmas competências, o que poderá pôr em causa a rentabilização dos recursos existentes". Isto está aqui escrito no parecer que aceitámos e consideramos um documento consciente duma direcção sindical e que vem exactamente em apoio àquilo que nós acabámos de dizer. Mas acrescenta: "tal possibilidade surge com a definição das competências do SPO, no que respeita ao apoio Psico-Pedagógico, artigo 2.º, n.º 3 e apoia o desenvolvimento do sistema de relações da comunidade educativa, artigo 2.º, n.º 4 que coincidem com as competências das Equipas de Educação Especial".

Portanto, se nós tivermos em conta, quer a proposta inicial do Governo, quer a proposta a que se chegou em Comissão, efectivamente chegamos à conclusão que, com a criação dos SPOS e com a manutenção das ES, estamos entrando em determinada área com as mesmas possibilidades.

Consideramos que está errado. Pensamos que o caminho seria a integração das Equipas de Educação Especial nos Serviços de Psicologia e Orientação. Não consideramos que talvez houvesse outra possibilidade.

Se o Governo Regional e o partido que o apoia mantiveram a sua postura, nós não podemos, de forma alguma, estar de acordo com esta proposta. Portanto, com o nosso voto, não vamos viabilizar esta proposta.

Por outro lado, consideramos que é importante a Criação dos Serviços de Psicologia e Orientação, porque há atribuições que as Equipas de Educação Especial não têm e por isso mesmo não estamos contra a criação deste serviço, mas não poderemos dar o voto favorável a este articulado nas condições em que ele nos é apresentado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Em nome da bancada do Partido Social Democrata também o PSD saúda V. Exa., Sr. Presidente, pelo exercício que desempenha nesta Assembleia, nesta legislatura.

Gostaria, antes de mais, de esclarecer o Sr. Deputado Paulo Valadão que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura esteve aqui toda esta semana a

acompanhar os nossos trabalhos, sempre disponível para acompanhar todos os diplomas na sua área que subirem a plenário. Contudo, não se encontra neste momento, nesta sala, porque teve de se ausentar para apanhar o avião, pelas mesmas razões que o Sr. Presidente da Assembleia também teve que seguir.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Não é devoção, é uma visita dum titular dum órgão de soberania. O Sr. Primeiro Ministro vem à Região e há deputados do Partido Socialista que também se disponibilizaram para irem receber o Sr. Primeiro Ministro à Terceira. Por isso mesmo não há razão nenhuma porque os membros do Governo e o Presidente da ALRA não tivessem que ir.

Portanto, as questões que o Sr. Deputado Paulo Valadão levantou aqui, são questões que já foram levantadas por ele em sede de Comissão. São questões que para nós tiveram justificação e tanto tiveram justificação que foram complementadas pela intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa nesta Casa ainda hoje, que fazia referência e que distinguia quais as razões em que as Equipas de Educação Especial não são integradas nesse serviço. Não é verdade que se crie serviços paralelos ou com as mesmas competências. O que existe são grandes áreas de acção que são comuns nos dois serviços.

Quero dizer também que a acção dos Serviços de Psicologia e Orientação estão virados para a Orientação Escolar Profissional. Este é, de facto, o seu principal objectivo.

Para além disso, pretende também combater o insucesso, tem mecanismos para ajudar a eliminar a retenção dos alunos, etc., etc.. Claro que vem também entrar na área das Equipas de Educação Especial, mas volto a afirmar que as Equipas de Educação Especial têm missões específicas por conceito. São equipas vocacionadas para os apoios, digamos a alunos com deficiências e não viradas para alunos com dificuldades de aprendizagem. É diferente a sua actuação.

Quero-lhe também dizer, e quero aqui reafirmar e dizer mesmo em nome do Governo, porque troquei impressões com o Sr. Secretário Regional, porque estava ciente que o

Sr. Deputado Paulo Valadão ía levantar estas questões, que estamos plenamente de acordo com aquilo que informou o Sr. Deputado Francisco Sousa nesta Assembleia.

Portanto, terá que haver uma grande articulação para ieiminar as zonas de conflito - são palavras do Sr. Deputado Francisco de Sousa - e nós e o Governo estamos atentos a essa situação e como o diploma prevê que é o Director Regional da Educação que coordena esses dois serviços, é possível que se consiga eliminar essas zonas de conflito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma segunda intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, muito brevemente, vou responder àquilo que o Sr. Deputado Rui Melo afirmou em relação à ausência do Membro do Governo responsável por estas matérias, que nós compreendemos perfeitamente que o Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo estejam na recepção do Sr. Primeiro Ministro. Agora, o que não compreendemos é que um Membro do Governo, cuja matéria iria ser discutida neste momento, se tenha ausentado da Sala. Por outro lado, ainda pensamos que atendendo a essa circunstância, esta matéria poderia perfeitamente ter sido debatida noutra altura do nosso plenário. Não o foi, a culpa não foi nossa, porque da nossa parte estivemos, e dissemos em conferência, sempre disponíveis para analisar esta matéria desde o princípio da sessão.

Portanto, da nossa parte, esta matéria podia ter sido analisada noutro ponto da ordem de trabalhos.

De qualquer modo, isto não inviabiliza o facto de nós considerarmos que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura deveria estar presente.

Por outro lado, em relação à matéria propriamente dita, nós pensamos que o Sr. Deputado do PSD não tem qualquer razão, porque o problema não é a articulação entre os serviços, o problema em nosso entender, é que se criam serviços que vão ter nos seus quadros os mesmos técnicos com as mesmas capacidades de actuação e com a mesma formação e nós entendemos que este novo serviço que agora é criado deveria pura e simplesmente integrar os técnicos já existentes

Por outro lado, todos nós sabemos, que este serviço que agora é criado, o Serviço de

Psicologia e Orientação, todos temos a plena consciência de que a Região não tem capacidades estéticas de provê-los com as pessoas com habilitação própria e simultaneamente ter as Equipas de Educação Escolar a funcionar, porque as pessoas que hoje fazem parte das Equipas de Educação Escolar têm a habilitação perfeita para integrar os Serviços de Psicologia e Orientação.

Portanto, é um falso problema dizer que as atribuições dos Serviços de Psicologia e Orientação são diferentes das Equipas de Educação Escolar. Efectivamente o SPO é um serviço mais englobante, é um serviço de maior âmbito do que as Equipas de Educação Escolar, mas são serviços que têm as mesmas atribuições.

o Sr. Deputado Rui Melo diz que as ES são para deficiências e os SPO'S são para dificuldades de aprendizagem. Òh Sr. Deputado! No fundo, estamos a jogar com terminologias, mas estamos a jogar com atribuições exactas da legislação que efectivamente estamos a legislar.

No entanto, também é um falso problema dizer que as ES vão trabalhar apenas com as crianças, porque elas vão trabalhar com as crianças como os SPO'S também vão, mas elas devem trabalhar de acordo com as atribuições que o Decreto Regulamentar lhes dá, aliás, se virmos o artigo 4.º, do Decreto Regulamentar Regional 2/93/A, que institui as ES diz o seguinte: "d) Promover a participação activa dos docentes do ensino regular e dos pais, na elaboração e avaliação de programas individuais;
e) Fazer o levantamento das necessidades e valências locais;
f) Prestar serviços de aconselhamento a pais e educadores e comunidade em geral, etc., etc."

Portanto, usando uma terminologia diferente, nós vemos que as ES estão com uma atribuição de competências que os SPO'S também vão ter.

Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para uma segunda intervenção.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria em primeiro lugar saudar o meu camarada Carlos César na Mesa desta Assembleia, porque em nome da minha bancada ficamos naturalmente muito satisfeitos que isso tenha acontecido. Esperamos e desejamos bom trabalho e que isso aconteça muitas vezes.

Eu queria clarificar alguns dos conceitos que aqui disse na minha primeira intervenção e é exactamente na área que o Sr. Deputado Paulo Valadão acabou de frisar e que é a área das competências e quero ler, exactamente, as competências dos SPOS e diz-se no artigo 6.º, n.º 3, c): "Compete aos SPOS proceder à avaliação global de situações relacionadas com problemas de desenvolvimento, com dificuldades de aprendizagem, com competências e potencialidades específicas e prestar o apoio pedagógico mais adequado" E volto a proceder à avaliação global da situação, enquanto que nas Equipas é no facto concreto daquela criança e daquele meio onde está a viver ou a estudar, enquanto que aqui são situações de avaliação global.

Por outro lado, na alínea f) do mesmo número se lê: "compete propor de acordo com os pais e em colaboração com os serviços competentes, (e, repito, com os serviços competentes) o encaminhamento de alunos considerados especiais para modalidades adequadas de resposta educativa". Para mim é importante e por isso alertei que são os serviços competentes e quais são esses serviços competentes na nossa Região? Só vejo dois e que são as Equipas de Educação e Ensino Especial e as Escolas de Ensino Especial de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.

Penso que, e repito, como disse também o Sr. Deputado Rui Melo, foi bastante discutido na Comissão, aqui se exige, nesta área, e volto a frisá-lo, uma maior acção da Direcção Regional de Educação. E aqui estou à vontade para uma vez mais afirmar nesta Casa que neste sector de ensino, infelizmente, aquela direcção não tem prestado o serviço conveniente e começando pela questão mais simples que é: ainda não regulamentou a forma dos professores se poderem candidatar às escolas criadas nesta Região e o diploma que já está em vigor há dois anos e que nunca foi regulamentado. Lamento que isso tenha acontecido e, para este caso, volto a frisar, a nossa perspectiva é de que se houver uma coordenação feita pela Direcção Regional e pela respectiva Direcção de Serviços, é possível fazer-se um bom trabalho.

Um outro aspecto que também é importante para nós, é o factor pessoal. Sabemos perfeitamente que a Região não tem, já foi dito aqui várias vezes, já fizemos várias propostas para que se consiga um melhor corpo docente para este sector de ensino.

Lembro que já propusemos inclusivamente aqui, que a Região deveria fazer um protocolo com as Escolas Superiores de Educação de Lisboa ou Porto e nesta Região

criar, pelo menos, dois cursos, durante três ou quatro anos para professores se especializarem na área de Educação e Ensino Especial, de forma a que esta Região pudesse, à semelhança, por exemplo, da Região da Madeira, ter um corpo docente competente, capaz e suficiente para este sector de ensino.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Valadão, estamos à vontade porque já o fizemos aqui várias vezes e vamos continuar a fazê-lo. Essa é uma falha que nós consideramos grave da Direcção Regional que já deveria ter feito isso.

Por outro lado, sabemos também, de antemão, que será impossível, por exemplo na área dos psicólogos, a cobertura destes Serviços em simultâneo com as Equipas e em simultâneo com as Escolas de Ensino Especial. Também sabemos que se a Direcção Regional quiser fazer a coordenação desses profissionais, pode fazê-lo, naturalmente encaminhando as suas actividades para os sectores, áreas ou localidades que entenda de maior necessidade. Portanto, repito, só haverá zonas de conflito se não houver coordenação. Havendo coordenação é possível haver entendimento entre as três estruturas e fazer-se um bom serviço nesta Região.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para um pedido de esclarecimento.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma vez que já fizemos as duas intervenções a que temos direito nesta matéria, vamos cumprir escrupulosamente o Regimento, pedindo um esclarecimento ao Sr. Deputado Francisco de Sousa, porque efectivamente a esta matéria poder-se-ia aduzir muitos outros considerandos em relação àquilo que temos vindo a dizer.

No entanto, gostaria de fazer dois ou três pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado: Primeiro, o Sr. Deputado acha ou não que os técnicos que compõem as Equipas de Educação Especial têm ou não condições técnicas de integrar os SPO'S?

Segundo, o Sr. Deputado acha ou não que com a implementação dos SPO'S, se essas pessoas procurarem concorrer a lugares dos SPO'S, será ou não aceite a sua concorrência a esses lugares?

Terceiro, o Sr. acha ou não que a Secretaria Regional da Educação e Cultura vai

prover nesses lugares esses técnicos?

Embora, admitindo que possa ou não haver áreas de conflito, o problema que nós pomos não é o problema de áreas de conflito, porque, efectivamente, pensamos que podem haver serviços paralelos sem haver conflito. O problema que nós pomos é outro mais complexo e que é o problema de haver mais do que um serviço para a mesma área. Acho que é desnecessário haver os dois serviços.

Portanto, o problema que finalmente pomos é se o Sr. acha que existem técnicos suficientes nesta Região Autónoma para que os SPO'S e as Equipas sejam providos de técnicos? Em nosso entender o SPO ao ter psicólogos e não ter outros técnicos é um SPO manco.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para prestar esclarecimentos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Naturalmente que a primeira coisa que terei de dizer ao Sr. Deputado Paulo Valadão é que, nem de perto nem de longe, sou responsável em nada pela Secretaria Regional da Educação e Cultura e aquilo que ela venha a fazer em relação às pessoas.

Também quero dizer que se a Secretaria continuar a fazer asneiras como tem feito em várias áreas, concerteza que eu continuarei nesta bancada e em todos os sítios onde poder a desancar naquilo que está mal feito.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Eu fiz um pedido de esclarecimento porque não tinha direito a intervenção!

O Orador: Eu percebi que faz um pedido de esclarecimento para este lado, porque não tem daquele lado quem lhe responda.

Portanto, não posso dizer se a Secretaria vai fazer ou não, mas posso-lhe dizer que os técnicos das Equipas têm condições para poderem ser integrados nos SPO'S, se estivermos a falar dos técnicos e aqui eu vou excluir os professores, porque tal como nas Equipas, defenderei que os professores destes serviços sejam pertencentes aos quadros das suas escolas e a elas se mantenham pertencentes, até porque um dos princípios que tem sido defendido, nesta área, por diversas instâncias, é de que a docentes especializados se lhes deve dar a possibilidade de regularmente poderem voltar ao ensino normal, isto é, poderem fazer uma transição do sector do Ensino

Especial ao sector do Ensino Regular e vice-versa e, portanto, se estivessem nos SPO'S, como efectivos dum quadro, naturalmente que não podiam voltar pontualmente às escolas.

Por outro lado, os técnicos podem perfeitamente serem integrados nos SPO'S e cooperar ou colaborar com as Equipas, como podem estar nas Equipas e colaborar com os SPOS. Por isso eu disse que era uma questão de gestão de pessoal e aqui compete uma vez mais ao bom serviço que a Direcção Regional possa prestar nesta área, porque ao colocar um psicólogo numa determinada Equipa, e vou dar o exemplo da Ribeira Grande, pode ao mesmo tempo atribuir-lhe funções, em distribuição do seu horário, por exemplo, à Escola Preparatória de Ribeira Grande ou à Escola Preparatória de Rabo de Peixe.

Penso que é perfeitamente conciliável, até porque há pessoas que estão ao serviço da Secretaria Regional da Educação e Cultura e em várias áreas ao mesmo tempo, cobrindo várias escolas, vários concelhos ou até várias ilhas e isso não é impeditivo. Agora, para cumprirmos inclusivamente com o que diz a Constituição e o Estatuto Político-Administrativo desta Região, em primeiro lugar penso que não havia outra saída senão manter isso.

Por outro lado, julgo que o que devemos fazer é criar condição para que nesta Região existam mais técnicos nestas áreas. E aqui tem havido uma falha grande na criação de condições para a deslocação ou fixação de técnicos nesta área que é uma das muitas que tem carência de pessoal.

Julgo que respondi a tudo.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pediu a palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero congratular-me pelo facto dos deputados estarem minimamente preparados para ir dando as respostas sobre as questões levantadas na discussão deste diploma, sem ser necessário o Governo estar presente.

Também gostaria de dar um contributo, dentro das minhas possibilidades e também daquilo que estudei do diploma, para esclarecer algumas situações.

Estamos mais uma vez de acordo com a última intervenção do Deputado Francisco de Sousa, quando alerta para a questão fundamental que é a questão de pessoal e não há dúvidas nenhuma que esta é que é a realidade.

Não há disponibilidade na Região, com excepção de docentes especializados, com excepção dos antigos Centros de Educação Especial dos Açores, ou seja, em Angra do Heroísmo e Ponta Delgada. Portanto, são os dois sítios onde existe maior número de técnicos especializados.

Em relação ao resto da Região, terá de haver, **uma grande coordenação** da Direcção Regional de Educação, com a gestão efectiva de pessoal e também na área dos técnicos superiores, o caso dos psicólogos, vai continuar a ser assim, porque sejam quais forem os incentivos que se arranjar nessa área, não se consegue arranjar técnicos suficientes para responder às nossas necessidades. Portanto, tem que se voltar a funcionar e aprofundar cada vez mais os protocolos com os Centros de Saúde nos diversos Concelhos e é preciso recordar que essas Equipas de Serviço de Orientação Pedagógica, como o diploma diz, poderão actuar num concelho ou em mais do que um.

Penso que isto vem demonstrar a preocupação clara da falta que temos de docentes especializados.

Quero também aqui reafirmar, e o Sr. Deputado Paulo Valadão levantou aqui essa questão, que temos técnicos e docentes especializados de grande gabarito nessas áreas, em que o ensino e a educação da Região muito deve a essa gente, e até com um grande esforço pessoal desses técnicos e temos que reconhecer isso e é só falarmos com pais e encarregados de educação dessas crianças que estão nessa situação, para eles elogiarem o trabalho extraordinário que esses técnicos têm vindo a fazer na nossa Região.

Presidente: Pedia ao Grupo Parlamentar do PS que fizesse o favor de fazer substituir o Sr. Secretário da Mesa que necessita de se ausentar do plenário.

(Neste momento o Secretário da mesa em exercício, foi substituído pelo Deputado Ricardo Barros)

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão para mais um pedido de esclarecimento.

Deputado Paulo Valdão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Melo:

O Sr. Deputado fala em problemas de gestão de pessoal e esse é um dos problemas que nós também temos, agora o que nós não compreendemos e gostaríamos que o Sr. esclarecesse, é como é que criando dois serviços com o mesmo pessoal, se está a fazer uma boa gestão de pessoal, porque, em nosso entender, a lógica da boa gestão de pessoal seria apenas a criação de um serviço, todo ele gerido pela mesma entidade. Por outro lado ainda, diz o Sr. Deputado que o SPOS é por concelho ou por escola, etc, mas o problema pode passar exactamente em relação às EEE, não vemos qualquer contradição entre a concepção que existe, e estamos de acordo, com o serviço do SPO'S e a integração das EEE no SPO'S.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): Para dar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): É só para recordar ao Sr. Deputado Paulo Valadão que nas suas intervenções tenta sempre não integrar os serviços, o que o Sr. está tentando integrar é aquilo que naturalmente já está integrado, que são os técnicos, são o pessoal docente especializado. Esses já estão, por natureza, integrados nesse serviço. Essa é que é a grande questão e a questão que o Sr. Deputado tenta levantar não é a questão das Equipas, não é a integração do serviço.

Portanto, o Sr. está a levantar um problema, que é preciso aprofundar e que eu não tenho algumas respostas para ele e nós temos que definir aqui duas áreas. Nós estamos aqui na área legislativa, na área deliberativa, não estamos na área executiva e as dúvidas que se levantaram para a aplicabilidade deste diploma, essas sim têm que ser questionadas ao Governo, que é a parte executiva desse diploma. E admito que nós nessas áreas não temos a capacidade ou os instrumentos disponíveis para poder dar as respostas. Essa é que é a minha grande dúvida, mas quero aqui reafirmar que na matéria legislativa, na matéria da definição do diploma em discussão tem havido, tanto da bancada do PS como da bancada do PSD e até da sua parte, o contributo de

esclarecimento e de plena convicção do que é que estamos aqui a tratar.

Presidente: Srs. Deputados não há mais inscrições, vamos passar à votação na generalidade da Proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que votam a favor façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, com 21 votos a favor do PSD, 14 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Indep. e 1 voto de abstenção do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa declaração de voto em relação a esta matéria, é que efectivamente nós não estamos contra a criação dos SPO'S, nós até estamos a favor da criação do SPO'S. A nossa grande exigência é efectivamente a situação que se passará com as Equipas que em nosso entender deveriam integrar o SPOS.

Presidente: Srs. Deputados, os Grupos Parlamentares do PSD e do PS comunicam à Mesa que assumem o texto de substituição proposto pela Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Portanto, vamos proceder à apreciação na especialidade, segundo o texto proposto pela Comissão

O Sr. Deputado Rui Melo faça favor.

Deputado Rui Melo (PSD): Eu queria alertar o Sr. Presidente para o seguinte: por lapso o ponto 2 do artigo 12.º é o ponto 3. Agradecia que fosse contemplado.

Presidente: Vou ter isso em consideração.

Vamos então proceder à apreciação na especialidade, segundo o texto proposto pela comissão. Pedia ao Sr. Secretário para proceder à leitura do artigo 1.º

Secretário: Artigo 1.º

(Foi lido)

Presidente: Está aberta a discussão sobre este artigo. Não há intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à leitura do artigo 2.º.

Secretário: Artigo 2.º.

(Foi lido)

Presidente: Procederemos agora à leitura do artigo 1.º, incluído neste artigo 2.º. Votaremos, se os Srs. Deputados não se opuserem, cada um desses artigos e depois votaremos no conjunto todo o artigo 2.º.

Portanto, o Sr. Secretário faça o favor de proceder à leitura do Capítulo I, artigo 1.º.

Secretário: Capítulo I, artigo 1.º.

(Foi lido)

Presidente: Está à discussão. Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao Capítulo II, artigo 2.º.

Secretário: Capítulo II, artigo 2.º.

(Foi lido)

Presidente: Está à discussão. Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: O artigo 5.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 7.º

Secretário: Artigo 7.º

(Foi lido)

Presidente: Está à discussão. Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor, permaneçam como se encontram.

Secretário: O artigo 7.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 8.º

Secretário: Artigo 8.º

(Foi lido)

Presidente: Também existe um texto de substituição para a alínea d).

Secretário: Alínea d).

(Foi lida)

Presidente: Está à discussão. Não há intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor, permaneçam como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 8.º foi aprovado com 24 votos a favor do PSD, 15 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Indep. e um voto de abstenção do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para dizer que consideramos que neste artigo poderia perfeitamente ter sido consignado aquilo que nós entendemos.

Poderíamos inclusivamente ter proposto uma alteração. No entanto, do modo como os nossos trabalhos têm decorrido, com a unanimidade do PSD e do PS em relação a estas matérias, achamos desnecessário vir apresentar mais uma proposta que teria apenas o nosso voto.

De qualquer maneira, com esta declaração de voto quero manifestar a minha posição em relação a esta matéria.

Presidente: Artigo 9.º

Secretário: Artigo 9.º

(Foi lido)

Presidente: Está à discussão. Não há intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor, permaneçam como se encontram.

Secretário: O artigo 9.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 10.º

Secretário: Artigo 10.º

(Foi lido)

Presidente: Está à discussão. Não há intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor, permaneçam como se encontram.

Secretário: O artigo 10.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 11.º

Secretário: Artigo 11.º

(Foi lido)

Presidente: Está à discussão. Não há intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor, permaneçam como se encontram.

Secretário: O artigo 11.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 12.º

Secretário: Artigo 12.º

(Foi lido)

Presidente: Está à discussão. Não há intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor, permaneçam como se encontram.

Secretário: O artigo 12.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Capítulo III, artigo 13.º

Secretário: Artigo 13.º

(Foi lido)

Presidente: Está à discussão. Não há intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor, permaneçam como se encontram.

Secretário: O artigo 13.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 14.º

Secretário: Artigo 14.º

(Foi lido)

Presidente: Está à discussão. Não há intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor, permaneçam como se encontram.

Secretário: O artigo 14.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar o artigo 12.º deste texto de substituição que engloba estes artigos que temos vindo a votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor do artigo 12.º, queiram permanecer sentados.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 12.º foi aprovado com 24 votos a favor do PSD, 16 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Indep. e 1 voto de abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 3.º

Secretário: Artigo 3.º

(Foi lido)

Presidente: Está à discussão este artigo 3.º. Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor queiram permanecer sentados.

Secretário: O artigo 3.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 4.º

Secretário: Artigo 4.º

(Foi lido)

Presidente: Está à discussão o artigo 4.º. Não há intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4.º foi aprovado com 24 votos a favor do PSD, 16 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Indep. e 1 voto de abstenção de PCP.

Presidente: Srs. Deputados, vamos proceder à votação final global deste diploma.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na globalidade, com 24 votos a favor do PSD, 16 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Indep. e 1 voto de abstenção do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para, em primeiro lugar, lamentar que tenhamos tido de esperar 3 anos e um dia para que se fizesse aquilo que acabámos de fazer.

Em segundo lugar, para desejar que a Direcção Regional de Educação, de facto, cumpra com as suas obrigações, de acordo com as intervenções aqui feitas e com o espírito que ficou claro durante o debate que aqui estivemos por parte dos Grupos

Parlamentares.

Em terceiro lugar esperar que o Governo rapidamente tome as medidas necessárias para a concretização deste diploma.

Presidente: A Comissão de Juventude e Assuntos Sociais fica encarregue de, nos prazos regimentais, proceder à redacção final.

Srs. Deputados, passamos agora à apreciação do Projecto de Decreto Legislativo Regional, de Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/87/A, de 24 de Junho, que respeita ao "Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos na Região".

Nos termos já ontem anunciados nesta Assembleia, foi pedida a sua dispensa de exame em Comissão pela Conferência de Líderes, pelo que este projecto está em condições de ser apreciado.

Está aberto o período de discussão deste diploma, na generalidade.

Como parece não haver intervenientes, vamos passar à votação deste Projecto, na generalidade.

Os Srs. Deputados que votam a favor, queiram permanecer como se encontram.

secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à apreciação na especialidade e pedia ao Sr. Secretário o Favor de ler o artigo 1.º.

Secretário: Artigo 1.º

(Foi lido)

Presidente: Está à discussão este artigo 1.º. Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor queiram permanecer como se encontram.

Secretário: O artigo 1,º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 2,º

Secretário: Artigo 2.º

(Foi lido)

Presidente: Está aberta a discussão. Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor, queiram permanecer como se encontram.

Secretário: O artigo 2,º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos proceder à votação final global.

Os Srs. Deputados que votam a favor, queiram permanecer como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado, na globalidade, por unanimidade.

Presidente: Agradecia à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais o favor de proceder à redacção final deste diploma.

Srs. Deputados, a Mesa da Assembleia Legislativa Regional apresenta ao Plenário, uma Proposta de Resolução que é do seguinte teor:

"A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Maio".

Está à discussão. Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor, queiram permanecer como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Está encerrado este Período Legislativo.

Muito boa tarde e obrigado.

(Eram 14,00 horas)

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - José Gonçalo Botelho, Victor Evaristo; **PS** - Carlos César, Dionísio Sousa, Duarte Pires, Lisete Silveira, Ricardo Barros, Rui Pedro Ávila; **CDS/PP** - Alvarino Pinheiro; **Deputado Indep.** - Manuel antónio Martins).*

*(Deputada que faltou à sessão: **PSD** - Fátima Oliveira).*

A Redactora de 2.^a classe: *Ana Paula Garcia de Lemos Nazaré*